Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

ACTUAÇÃO DA EDM
1998-2009

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

ACTUAÇÃO DA EDM 1998-2009

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

Índice

APRESENTAÇÃO **1**

1. O LEGADO HISTÓRICO **3**

2. EDM - UM PROTAGONISMO EM RENOVAÇÃO **8**

3. A ACTIVIDADE RECENTE DA EDM **11**

3.1 Área de negócios 11

3.2 Área de prospecção e pesquisa mineira 15

3.3 Área ambiental 17

4. FACTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO RECENTE **26**

5. VIAS DE FUTURO **31**

5.1. Missão empresarial no enquadramento das políticas públicas 31

5.2. Perfil de actividades futuras 34

ANEXO – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EDM **37**

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS RELEVANTES **38**

Documento elaborado pelo IESE
sob a responsabilidade técnica de Nuno Cabral,
Oliveira das Neves, A. e Paula Garcês

Novembro de 2009

APRESENTAÇÃO

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA é uma sociedade anónima de capitais públicos que resultou da fusão, em 1986, da EDMA - Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo, EP e da Ferrominas, EP, dando origem à EDM, EP, e depois EDM, SGPS, posteriormente transformada em SA.

Ao longo dos últimos doze anos a EDM, enquanto veículo da intervenção do Estado no sector mineiro, conheceu e esteve presente, directamente e através das suas participadas, em transformações decididamente importantes na realidade da indústria e da política mineira em Portugal.

Este Documento tem por objectivo dar testemunho de tais transformações, referenciá-las no fluir de eventos que caracterizaram este período, e, inscrevê-las na linha de rumo que se entendeu prosseguir desde a primeira hora, a qual consideramos constituir campo fecundo para alimentar uma reflexão sobre os caminhos do futuro.

Em 1998, a EDM era depositária de um importante legado de intervenção do Estado na operação mineira, que oferecia desafios complexos quanto ao modo de gestão de tal intervenção e, portanto, quanto ao papel a assumir pela Empresa.

Tudo apelava a que a EDM desenhasse, e pusesse em prática, actuações concretas - enquadradas por opções marcantes de política mineira aprovadas pela tutela - em áreas de actividade complementares em que se salientavam: a participação directa em negócios (envolvendo a gestão e exploração de recursos mineiros), a intervenção em programas de prospecção e pesquisa e em projectos de investigação e desenvolvimento (não só em domínios da geologia, mas também em áreas como a energia ou os efeitos do gás radão sobre a saúde das populações) e a afirmação de uma posição relevante na área do ambiente, como agente qualificado de resolução de um vastos passivo ambiental ligado ao passado da actividade mineira.

Os anos finais do século passado e a primeira década, quase transcorrida, deste século, têm sido para a EDM ricos de eventos nos referidos domínios de actividade, com especial enfoque naqueles que respeitam à área de negócios (directos e através de participadas), à área da prospecção, pesquisa e investigação mineralúrgica e à área ambiental.

A análise e reflexões efectuadas, ao longo deste Documento, abrangem um período de quatro mandatos de Administração que cobre metade da curta vida da EDM, desde a sua criação em 1986 até ao presente. Trata-se de um tempo suficientemente longo para tornar perceptível, quer a evolução no modelo de intervenção do tipo "holding" estatal com forte envolvimento na vida das diversas minas objecto de processos de reestruturação, quer a emergência de novos

desafios em relação ao ambiente e à saúde das populações das áreas envolventes das minas[1], reforçando a responsabilidade social das empresas mineiras.

O sobrevoo deste período de 12 anos revela-se fecundo quanto ao registo das transformações ocorridas: no primeiro hexénio, contribuindo para aliviar a EDM de gravames financeiros, herdados da intervenção do Estado em apoio de algumas empresas mineiras de dimensão; e, no segundo hexénio, ganhando espaço e afirmando presença em novas e atraentes áreas de prestação de serviços ligados à indústria extractiva, com realce para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e para as áreas da segurança e monitorização de riscos emergentes da exploração de minas.

Este percurso enriquecido de vicissitudes e resultados, tem outros lanços a percorrer e desafios a equacionar, quanto ao papel a desempenhar pela EDM em temáticas que irão prosseguir e procurar reforçar linhas de acção afirmadas na recuperação ambiental, na prospecção e pesquisa e em matérias da segurança e do risco na actividade mineira, realçando a responsabilidade que a empresa assume, como agente de desenvolvimento, perante as populações dos territórios em que esteve, está ou estará presente.

[1] Em particular quanto a populações residentes nas zonas de minérios radioactivos.

1. O LEGADO HISTÓRICO

A EDM é portadora de factos e memórias que enformaram a longa história da exploração mineira no território português, e que, directamente, moldaram a *"facies"* de regiões em que se desenvolveu, até hoje, a acção da própria EDM e das empresas que lhe deram origem, com destaque para as áreas de mineração das pirites, no Alentejo, e dos minérios radioactivos, na Beira Alta.

No modelo de sociedade anónima de capitais públicos, a EDM constitui a expressão, no tempo presente, da intervenção do Estado na actividade empresarial "mineira", após ter cumprido um percurso com diferentes modalidades de actuação e várias empresas antecessoras ao longo de 30 anos, desde 25 de Abril de 1974.

Até então, o Estado agia, sobretudo, legislando e controlando a propriedade e a garantia de "domínio público" do solo mineiro, concessionando a lavra e a mineração a empresas privadas.

Desde o início do século XX, destacou-se, no ramo dos minérios metálicos, a criação de empresas de boa estrutura e dimensão, com forte componente de capital estrangeiro, as quais moldaram muito do desenvolvimento mineiro português até aos nossos dias, e se dedicaram à extracção de minérios de tungsténio (volfrâmio), estanho, cobre e enxofre, rádio e urânio, sem esquecer, entre os minérios para usos energéticos, a exploração de carvão.

Assinalam-se períodos fugazes de mineração intensa, com realce para o volfrâmio, em que Portugal se afirmou, no período da 2ª Guerra Mundial, como o maior produtor europeu e o quarto maior produtor mundial, na vasta mancha do território interior a Norte do Tejo, uma das regiões estaníferas e tungsténicas mais ricas do mundo.

Destaca-se, também, neste período, a tendência crescente de intervenção do Estado Novo no estudo e avaliação das potencialidades mineiras do País, com expressão na criação, em 1939, do Serviço de Fomento Mineiro (SFM), integrado na Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

O SFM virá a revelar-se um factor de impulso na prospecção sistemática de recursos mineiros, com papel relevante em quase todas as descobertas ocorridas desde então, incluindo em 1977, a do jazigo Neves-Corvo "*num alvo gravimétrico previamente seleccionado pelo SFM*"[2]

Na verdade, o período do pós-guerra, em particular o correspondente aos anos de 1950 a 1980, revelou-se uma época áurea para a exploração mineira em Portugal, graças ao relevante papel dos organismos estatais atrás referidos e de outros entretanto criados. Intensificou-se a acção do Estado no sentido de dispor de uma estratégia para a actividade mineira, contemplando o desenvolvimento de uma fileira técnico - científica em Portugal ligada às "minas", com quadros humanos,

[2] "*Passado e futuro dos recursos minerais em Portugal*".Delfim de Carvalho in "Colóquio/Cências Revista de Cultura Científica.Fundação Calouste Gulbenkian nº 14 Fevereiro 1994 pp. 49-69

infra-estruturas empresariais, cursos universitários, laboratórios e o reforço da cartografia geológica através dos Serviços Geológicos de Portugal.

Ocorreu, logo em 1954, a criação da Junta de Energia Nuclear (JEN), incumbida da promoção e realização da pesquisa e exploração de minérios radioactivos e predecessora da ENU – Empresa Nacional de Urânio, EP, criada cerca de vinte anos mais tarde.

A década de 60 marcou, através de algumas iniciativas políticas de âmbito mais geral, o caminho para a intervenção do Estado no sector mineiro: Portugal adere, em 1960, à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e, seis anos depois, em 1966, o Grupo CUF cria a Sociedade Mineira de Santiago (SMS) à qual cabe a descoberta da jazida do Gavião (Cu-Zn-Ag) que, ainda hoje, mantém abertas as perspectivas de exploração, e participa na descoberta de Neves - Corvo.

Em 1973, é criada a empresa Pirites Alentejanas, SARL, sociedade de capital misto, com participação do Estado e do Grupo CUF, que se torna, com a nacionalização da CUF, uma empresa de capitais públicos. Em 1977 é criada, como atrás se referiu, a ENU - Empresa Nacional de Urânio, EP.

Com a criação da ENU, EP é prolongada a actividade extractiva e de produção de concentrados de urânio, desenvolvida até 1962 pela Companhia Portuguesa de Rádio (CPR) e, desde então, pela JEN, sendo o móbil da sua criação impulsionado pela expectativa de aproveitamento das reservas de Nisa e pela valorização do urânio no mercado internacional.

Entretanto, coroando esforços de prospecção e pesquisa, num período marcado por assinaláveis dificuldades, é descoberto, em 1977, por um consórcio de pesquisa luso-francês[3], um jazigo de cobre, estanho e zinco de classe mundial - Neves--Corvo. Este jazigo integra a Faixa Piritosa Ibérica, a qual alberga a mais importante concentração conhecida de sulfuretos vulcanogénicos do mundo[4].

O interesse, sempre latente, pela Faixa Piritosa Ibérica renasce e reforça-se, guiado pela expectativa da descoberta de jazigos identicamente ricos. Esta Faixa está classificada como a maior e mais importante província metalogenética e a maior bolsa de metais básicos da Europa Ocidental: os cientistas afirmam a presença de 90 depósitos minerais distribuídos entre o Alentejo e a Andaluzia.

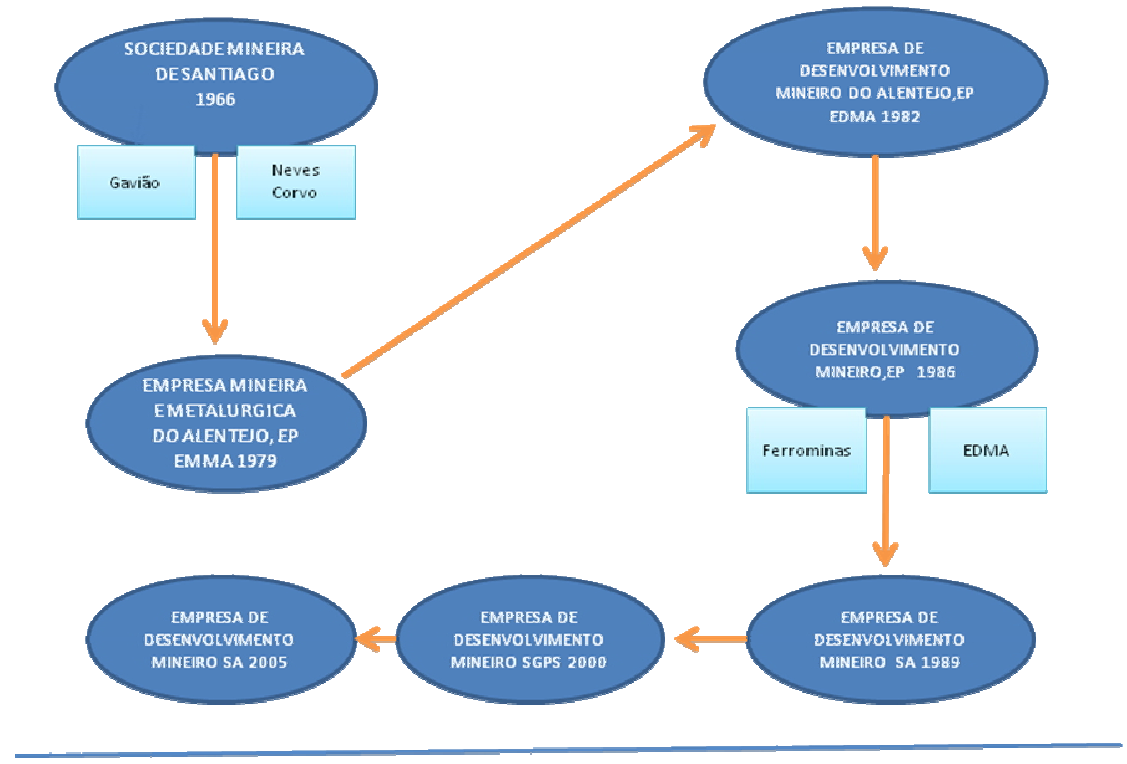
Numa óptica de desenvolvimento industrial integrado (Neves-Corvo, Complexo de Sines e Siderurgia), a descoberta deste jazigo impulsiona um forte financiamento público em várias vertentes (extractiva, portuária e industrial) determinando um crescente envolvimento do Estado na actividade mineira. Este envolvimento culminará em 1979, com a criação de uma empresa pública - a Empresa Mineira e

[3] SMS – Sociedade Mineira de Santiago (antecessora da EDM); SEREM – Société d'Études de Recherche et d'Exploitation Minières; e SMMPP – Sociedade Mineira e Metalúrgica de Peñarroya Portuguesa.

[4]De entre as cerca de 60 minas que operaram na Faixa Piritosa nos últimos 100 anos, distribuídas pelos territórios português e espanhol, figuram Aljustrel -uma das maiores concentrações mundiais de sulfuretos maciços vulcanogénicos - e Neves-Corvo, de longe o mais importante depósito de cobre e estanho (≈270 Mt de reservas de minérios, com aproximadamente 4 Mt de Cu e 3,8 Mt de Zn. Cfr. Delfim de Carvalho "Exploration Strategies in the Iberian Pyrite Belt: A Young, Mature, or Senile Exploration Province?", in *Mining Development Strategies with a focus on the case of the Iberian Pyrite Belt*, pp. 549-570 World Mining Congress.25th September 1998. Lisbon Portugal

Metalúrgica do Alentejo, EP (EMMA) - a qual, em 1982, se metamorfoseia estatutariamente como Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo (EDMA), EP, antecessora da EDM.

A figura seguinte ilustra a evolução ocorrida na configuração empresarial que, em duas décadas (1966-1986), trouxe para a esfera do Estado, a principal actividade mineira do país.



Em 1983, o IX Governo Constitucional aprova uma Resolução do Conselho de Ministros (RCM n.º 54/83) com o objectivo de dinamizar medidas que "*constituam a mola impulsionadora do efectivo relançamento da actividade*" sectorial. Não sendo Portugal um País mineiro, entende-se, todavia, que reúne "*suficientes potencialidades para poder garantir o abastecimento de grande parte de indústrias utilizadoras e ainda exportar quantidades significativas de matérias-primas*".

A actividade extractiva recebe o reconhecimento do estatuto importante que reveste o aproveitamento dos recursos naturais na economia, em particular dos recursos minerais, como suporte de indústrias transformadoras e fonte de divisas geradas pela exportação da produção excedente.

Os trabalhos de reconhecimento do território nacional, são intensificados, actualiza-se o enquadramento institucional da actividade, reforçam-se os meios da administração e são publicados novos diplomas reguladores, que enquadram os

processos de expropriação para fins mineiros, a extracção de areias na faixa litoral e a actividade das pedreiras, cuja lei adquire um cariz prático e consagra o princípio da descentralização para conciliar os interesses do Estado com os direitos dos proprietários e operadores.

Na nova Lei de Minas e Águas, são avançados normativos sobre protecção e segurança radiológica nas minas e anexos de tratamento de minério e recuperação de urânio. No âmbito da referida dinamização de medidas, é criado um fundo para o desenvolvimento mineiro e reestruturada a Direcção-Geral de Geologia e Minas.

Na base destas políticas, está um diagnóstico sectorial que assume as fragilidades estruturais, entre as quais o insuficiente conhecimento geológico do território, o baixo nível de participação do sector na economia, o crescimento lento da produção em termos de volume e a considerável dependência do exterior em produtos minerais de base.

As estatísticas indiciam, nesse período, uma tendência de inversão estrutural na produção mineira caracterizada pelo crescimento da componente não metálica em detrimento da metálica[5], tendência que se prolonga até 1988, (cf. Quadro seguinte).

A desmetalização da produção extractiva

Recursos	1978	1988
Energéticos	12,6%	7,3%
Metálicos	24,8%	10,6%
Não Metálicos	62,6%	82,1%

Fonte: IGM

Esta evolução tornava imperativa a aposta no aumento do valor acrescentado de empresas e produções, num sector cujo equilíbrio se encontra fortemente condicionado pela política de preços e/ou pela evolução das cotações internacionais.

O inventário nacional registava em 1983, quando se preparava a integração europeia, um total de 1410 concessões mineiras (de modo geral, insuficientemente reconhecidas) das quais somente 104 estavam em actividade, sendo notório o predomínio das PME: 67% das minas tinham efectivos inferiores a 21 operários e um valor da produção inferior a 10 mil contos, existindo, à época, apenas quatro grandes empresas que empregavam, cada uma, mais de 400 trabalhadores.

O aproveitamento dos recursos mineiros pelas indústrias nacionais, nomeadamente no Complexo Industrial de Sines, alimentou perspectivas de instalação de uma metalurgia do cobre, projecto que se veio a revelar económica e financeiramente inviável.

Estas oportunidades de valorização económica apontavam para uma aposta clara na exploração dos jazigos alentejanos e nos seus efeitos de "*spillover*"

[5] Este diagnóstico surge, aliás, associado a um outro: a excessiva dependência energética relativamente a combustíveis de origem mineral, dado que Portugal apenas explorava o carvão, cuja contribuição era inferior a 1% das necessidades anuais. A produção de urânio, com um conteúdo energético equivalente a 10% das necessidades anuais, não é utilizada internamente (Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/83).

relativamente às indústrias a atrair para a Região do Alentejo, beneficiada com fortes investimentos infra-estruturais desde a década de setenta.

Tal aposta sustentava-se nas expectativas abertas pela descoberta de Neves-Corvo, cujas reservas e teores anormalmente altos de cobre e estanho a elevavam à categoria de estrela internacional, a entrar em exploração quando o país se aprestava para integrar as Comunidades Europeias.

Para a exploração do jazigo alentejano de Neves-Corvo tinha sido constituída, em 1980, a Somincor - Sociedade Mineira de Neves - Corvo, SA, na qual participaram inicialmente, como accionistas, a EMMA, EP com 51% do capital social, a Coframines - Compagnie Française des Mines com 24,5% e a Peñarroya Societé Minière et Metallurgique com 24,5%.

Entretanto, em 1985, estas sociedades francesas venderam as suas participações ao Grupo Rio Tinto (através de duas subsidiárias: a Rio Tinto Metals, Ltd e a Tinto Investments Europe, Ltd), o qual, a partir de 1986, passou a ter como parceira a recém criada EDM, que herdou da sua antecessora a participação maioritária de 51% do capital social da Somincor.

A dinâmica competitiva existente no mercado mundial dos minérios e metais confirmou a Somincor como um caso de sucesso em Portugal, que, a exemplo do antes ocorrido com as Minas da Panasqueira (volfrâmio), conheceu um período de grande crescimento.

No período 1987 a 2008, o valor bruto da produção da mina de Neves-Corvo ultrapassou o valor de 5.000 milhões de euros (valor que é superior ao de todo o ouro vindo do Brasil para Portugal nos séc. XVII e XVIII)[6] sendo o investimento inicial de cerca de 300 milhões de euros, ainda sem incluir a unidade de estanho construída a partir de 1989 (55 milhões de euros). Aliás o montante de dividendos distribuídos entre 1990 e 2004 (256 milhões de euros) quase quadruplicou o investimento em capital próprio (73 milhões de euros).

A "performance" económica de Neves-Corvo, beneficiou da evolução favorável da cotação do cobre na década 1988-1997 (média anual em USD acima de 100 cts$/lb), a que se seguiram alguns anos de forte quebra de cotações, tendo a Rio Tinto, no quadro do seu reposicionamento estratégico, manifestado, no início da década de 2000, intenção de alienar a sua posição na Somincor.

Apesar de o Protocolo de Accionistas entre a EDM e a Rio Tinto, conferir à EDM a possibilidade de exercer o direito de preferência na compra da participação da Rio Tinto, tal não veio a suceder dado o esforço financeiro exigido, que a EDM não estava em condições de assumir, e dada a orientação política existente de redução do peso do Estado na economia.

[6] Vidé *"A Privatização da Somincor"*- Estudo de caso.pp9. Delfim de Carvalho e Henrique Lucas Marçal. Edição EDM. Lisboa Outubro 2009.

2. EDM - UM PROTAGONISMO EM RENOVAÇÃO

Na década de 90, no limiar do séc. XXI, a EDM, no papel de braço sectorial do Estado, gere vários "dossiers" complexos que o tempo lhe foi apresentando: (i) a Unidade de Tratamento (OTQ - Oficina de Tratamento Químico) da Urgeiriça fecha portas em 1990; (ii) a mina do Pejão cessa a produção de carvão depois de quase 150 anos de actividade ininterrupta na Bacia Carbonífera do Douro (1849-1994); (iii) a mina de Jales, ao fim de 56 anos de actividade contínua (1936-1992), encerra a actividade; (iv) a mina de Aljustrel tem apenas um curto período de actividade (1991-1993); (v) o ciclo de depressão nas cotações mundiais do cobre acentua-se.

Neste quadro de dificuldades financeiras e de acrescidas exigências em matéria de ambiente e de reforço da responsabilidade social em relação ao futuro das bolsas de emprego mineiro, a EDM irá ser chamada a enfrentar novos desafios.

O grande desafio para a EDM no início do séc. XXI – sem esquecer o da sua própria sustentabilidade, face aos limites geológicos naturais e à evolução do mercado internacional – consistia em procurar novos objectivos e caminhos de geração de valor no complexo de actividades ligadas à indústria mineira, não excluindo, sequer, a privatização da empresa.

A RCM nº 21/96[7], publicada pouco antes da nova Administração da EDM ter tomado posse para o mandato do triénio 1998-2000, referia:

> "*Relativamente ao sector mineiro, a privatização da Empresa de Desenvolvimento Mineiro poder-se-á equacionar no futuro num contexto de cooperação e internacionalização da actividade mineira nacional*."

Esta perspectiva de retirada do Estado do sector, onde, em duas décadas, tinha ganho enorme peso e não despiciendas responsabilidades, não veio a suceder.

Com o accionista único Estado a manter, através dos organismos públicos ligados ao sector mineiro, a sua função soberana de cuidar das áreas e dos recursos geológicos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado, a Empresa soube transformar, nos últimos anos, a vulnerabilidade reconhecida, em oportunidades, tentando realizar com criatividade a (re)estruturação da fileira de actividades a si associadas

A recuperação ambiental de minas abandonadas, e a respectiva monitorização e segurança, a eliminação de passivos ambientais das minas de urânio e o controlo da contaminação por radioactividade, constituem linhas que abriram novos espaços de actividade à EDM, representando um serviço à comunidade e às novas gerações, procurando associar a indústria mineira ao esforço de desenvolvimento regional, alimentando um leque consistente de oportunidades e evidenciando uma elevada responsabilidade social.

[7] RCM nº 21/96 publicada no DR nº 55/1996 de 5 de Março – I-B Série.

A aliança no interior da Empresa entre o capital de conhecimento e o património técnico, e a interacção com organismos de charneira, permitiram preciosas actuações, de que é exemplo, no domínio promissor das acções de segurança ambiental o Protocolo celebrado em 2007 com a Direcção Geral de Energia e Geologia, envolvendo 91 locais mineiros dispersos no território nacional, prevendo a participação de jovens cientistas em trabalhos de campo, estágios profissionais e teses académicas.

Assim se foi construindo porvir, preservando a qualidade de vida das comunidades locais, enquanto se lançaram obras que vão da Urgeiriça (Nelas) e do Vale da Abrutiga (Tábua), Espinho (Mangualde), Jales(Vila Pouca de Aguiar) até Terramonte (Castelo de Paiva), Argozelo (Vimioso), Montesinho (Bragança) ou Algares, S. João e Pedras Brancas (Aljustrel).

A Empresa reforçou no seu bilhete identitário a realização de estudos nos domínios das geociências, das ciências de engenharia e do ambiente natural, mas o seu código genético mantém-se, entretanto, intacto, pronto a entender as dinâmicas e extensão do *clustering* económico associado com a tradicional actividade de extracção, processamento e exportação de recursos minerais. A estes domínios, associou a prestação de serviços, com forte aposta na vertente ecológica, nomeadamente de requalificação do território e, até, de valorização da componente turística.

O regresso prudente à prospecção e pesquisa (no Gavião, em Aljustrel), pode entender-se como vontade de retoma da vocação mineira propriamente dita, face ao alargamento, por via estatutária, em 2007, do leque de acção da EDM. Nos termos do artigo 3º dos Estatutos, além da realização de estudos e prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e do ambiente natural, esse leque de acção abrange: a recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração mineira (que ganha protagonismo no tempo presente e atinge níveis de excelência); "... *o exercício, por si ou em associação, de actividades de prospecção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras actividades industriais, comerciais e de serviços quer directamente, quer em associação com terceiros, conexas com as actividades anteriores*".

Desde o apoio à Somincor, à cooperação com a Universidade Nova de Lisboa (para o estudo da história do urânio), até à disponibilização de informação sobre as rotas mineiras no espaço digital para sua exploração enquanto percursos turísticos - de saber e de lazer -, a EDM, por si ou em colaboração com terceiros, foi procurando ganhar espaço numa atmosfera financeira difícil, mas economicamente estimulante, e com o interesse científico de sempre quanto à constituição e actualização da Base de Dados sobre os Recursos Geológicos do País.

A EDM reivindica hoje "*um papel de relevo na elaboração e condução de projectos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas*" e exerce em 2009, em associação, actividades de prospecção, pesquisa e valorização de recursos minerais e presta serviços especializados nos

domínios dos Geo-Recursos e do Ambiente. A subida na cadeia de valor, nomeadamente através dos trabalhos de "*conservação da natureza, segurança e gestão do bem público, e gestão e planeamento do território nacional*", permitiu-lhe expandir-se mesmo para domínios do "anel exterior" ao seu arco de actividades, como a gestão de património imobiliário, possuindo, através da sua participada (a 100%) EDMI - Empresa de Projectos Imobiliários, um conjunto de quase 300 imóveis distribuídos por 15 concelhos, que lhe advieram por via de empresas do Grupo entretanto encerradas.

Não se revelou possível, ao mesmo tempo, dar a expressão desejada a algumas ambições que atravessaram o horizonte da EDM nos finais da década de 90, nomeadamente quanto à internacionalização, em domínios como o da assistência técnica, uma actividade estratégica com perspectivas de entrada em alguns mercados, em particular nos PALOP.

A título de exemplo, registam-se as hipóteses abertas de actividades em Timor, no domínio da captação e engarrafamento de águas de mesa e em projectos de cartografia geológica no âmbito de actuação de um Centro de Dados Geológicos e Recursos Minerais a criar. Regista-se, também, a constituição, no final dos anos 90, de um consórcio com uma filial do Grupo Anglo American para pesquisa de metais básicos e preciosos no SW de Angola. No quadro de escassez de meios financeiros, que a EDM viveu no limiar do século XXI, e da insegurança no terreno então vivida naquele país, estes projectos não vieram a ter seguimento, dando-se por terminado o envolvimento da EDM em 1998.

Mais recentemente, o Protocolo celebrado com a DGEG em Fevereiro de 2007, prevê a concretização de iniciativas de cooperação com Angola e Moçambique nos domínios da geologia, hidrogeologia, prospecção mineira, bem como na área ambiental e na formação de dirigentes e quadros técnicos superiores, devendo essa cooperação abranger "*domínios técnicos, científicos e operacionais de interesse comum, designadamente em matéria de segurança e recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas e na descoberta e valorização de recursos geológicos*" (Cláusula 1ª do Protocolo celebrado em 1 de Fevereiro de 2007).

A cláusula 4ª desse Protocolo contempla a promoção pelas partes, no País e no estrangeiro, particularmente nos países de língua oficial portuguesa, de acções de cooperação no domínio geológico - mineiro.

3. A ACTIVIDADE RECENTE DA EDM

Os Relatórios e Contas da EDM e o abundante material bibliográfico sobre a actividade mineira em Portugal, de que a própria EDM dispõe, ou que está disponível e acessível em outras instituições, constituem em primeira linha, a base de suporte à sistematização de elementos de evolução da actividade empresarial nos últimos doze anos.

A abordagem aqui apresentada da actividade da EDM ao longo desse período é predominantemente factual e procura dar testemunho da relevância da actividade mineira e da evolução da intervenção do Estado ao longo dos últimos anos, cobrindo diferentes expressões empresariais mineiras (de que são exemplo, entre outras, as actuações relativas às empresas ENU, Carbonífera do Douro, Somincor e Pirites Alentejanas), bem como descrever os avanços em novos domínios de intervenção, de que é exemplo o ambiente.

Trata-se de uma perspectiva que, sendo de registo e contributo de referência para a história económica e social recente da actividade mineira em Portugal, e da intervenção do Estado na mesma, pretende, também, fornecer informação de suporte a uma correcta percepção da evolução registada nos modelos de intervenção empresarial do Estado, para que possa revestir-se de utilidade em futuros momentos de decisão.

Este Documento socorre-se, em larga medida, de fontes internas de informação oferecendo uma visão cronológica e uma perspectiva de ciclo das actuações que ilustram as opções assumidas, à luz da envolvente contextual de evolução das políticas industrial e mineira, e, mais globalmente, das políticas de desenvolvimento, ordenamento do território e ambiente.

3.1 Área de negócios

No início de 1998, o Conselho de Administração da EDM, eleito em Fevereiro, preparou um "*Documento base de estratégia para a EDM e o seu Grupo - perspectivas a curto e médio prazos*" que seria aprovado em Assembleia Geral de 29 de Maio, conferindo prioridade à adopção de medidas de reequilíbrio económico-financeiro e de redefinição dos objectivos empresariais, implicando a redução de efectivos, a contenção de gastos em matéria de prospecção mineira e o cancelamento ou reformulação de projectos em curso.

A EDM era, então, a Empresa mãe de um Grupo constituído pelas empresas indicadas no Quadro seguinte:

Configuração empresarial do Grupo EDM em 1998

Empresa	Actividade	Capitais próprios (Mil PTE)	Participação EDM
EDM	***Holding* e Operador sectorial**		
Somincor	Cobre e estanho (polimetálicos)	37.486.069	51%
PA	Actividade Suspensa (polimetálicos)	1,967.203	75%
ENU	Urânio	133.089	89%
ECD	Actividade Encerrada (carvão)	(83.181)	100%
Transminas	Serviços portuários (Setúbal)	402.847	90%
Segurmina	Mediação de seguros	24.170	75%
EXMIN	***Sub-holding*** (minerais não-metálicos)	356.996	100%

Fonte: EDM – Relatório e Contas. 1998

Até ao final da década de 90 as dificuldades financeiras com as participadas ENU, ECD e PA - Pirites Alentejanas dominaram a estratégia da EDM enquanto holding e reflectiram-se na afectação dos lucros da Somincor aos continuados apoios financeiros prestados à ENU, à ECD e às Pirites Alentejanas (PA).

No final de 1999 (Novembro), foi aprovado pelos accionistas um documento de "*Reorganização do Grupo EDM*" a preconizar as seguintes medidas: transformação da EDM numa SGPS; alteração estatutária da EXMIN para facilitar a transferência da actividade operacional da EDM para esta participada; e criação de uma empresa para desenvolvimento de projectos de valorização dos patrimónios imobiliários do Grupo (EDMI), o que veio a concretizar-se logo a partir de 2000.

No início da primeira década deste século, concretizaram-se as acções de reestruturação, que permitiram resolver situações de desequilíbrio financeiro e de prejuízo: liquidação da ECD; alienação da posição accionista nas Pirites Alentejanas (em resultado de negociações com a EuroZinc); deliberação de encerramento definitivo e liquidação da ENU; e início de diligências, em 2001, no sentido de alienar parcialmente (17%) a posição accionista da EDM na Somincor, com sequência, em 2002, através de conversações com o accionista Rio Tinto, visando concretizar uma operação conjunta de venda da totalidade das respectivas posições accionistas, ao encontro da intenção do Governo Português e da vontade do próprio Grupo Rio Tinto.

A Empresa ECD - Empresa Carbonífera do Douro, que cessou actividade em 1994, tinha-se tornado uma empresa condenada, por razões de mercado, desde a reconversão de actividade do seu cliente largamente dominante (a Central Térmica da Tapada do Outeiro), a qual deixou de consumir carvão. A dissolução da ECD ocorreu em 2 de Julho de 1998.

A empresa ENU - Empresa Nacional de Urânio, cessou actividade, após um longo período de acumulação de prejuízos e de frustradas expectativas quanto à melhoria das cotações do urânio e quanto à viabilidade da exploração do jazigo de Nisa, que pretendia explorar. A produção anual baixou para níveis que tornaram injustificada a manutenção da empresa, e, entre 1992 e 2000, os prejuízos ascenderam a cerca de 17,5 milhões de euros, levando a Assembleia Geral de accionistas a deliberar a sua dissolução, o que veio a ocorrer em 20 de Abril de 2001.

A empresa PA - Pirites Alentejanas conheceu, também, uma longa evolução de prejuízos que absorveram significativos meios financeiros, em grande parte obtidos a partir dos dividendos proporcionados pela Somincor. Assim, em 2001, a EDM alienou a sua participação de 51% no capital da PA (51%) à AGC - Minas de Portugal, Lda.

A empresa Somincor, constituída em Julho de 1980, explorou a jazida de Neves-Corvo desde 1988, com resultados muito favoráveis durante 10 anos, os quais vieram a diminuir nos anos subsequentes em consequência da baixa da cotação do cobre no mercado mundial entre 1998 e 2004.

A circunstância adversa relativa à situação financeira em que a EDM se encontrava (provocada pelos grandes prejuízos das principais participadas), conjugada com o entendimento do Governo de que não seria vocação do Estado explorar minas, e com o facto de a Rio Tinto ter decidido vender a sua posição, veio a determinar, ainda em 2002, que se preparasse o lançamento de um Concurso Público, com o propósito de alienar a participação de 51% detida pelo Estado, através da EDM, ficando os compradores obrigados a adquirir, também, a posição de 49% detida pelo Grupo Rio Tinto na Somincor. Este Concurso não foi bem sucedido.

Em resultado do novo Concurso, que decorreu entre Novembro de 2003 e Janeiro de 2004, foi adjudicada a venda da totalidade da participação da EDM na Somincor á empresa EuroZinc Mining Corporation, tendo o respectivo contrato de Compra e Venda de acções sido celebrado em 4 de Março de 2004.

A venda, no valor de 128 milhões de Euros, a que acrescia um mecanismo de "*price participation*" nos resultados das vendas durante 4 anos (em função das cotações do cobre), permitiu um encaixe avultado pela participação da EDM e a entrega ao Estado em Dezembro de 2004 de 46,5 milhões de euros de Resultados Transitados, mantendo na EDM meios financeiros para suportar a parte não subsidiada de alguns investimentos dirigidos à abertura ou reforço de novas áreas de negócio.

O início da década marcou ainda outros processos de transformação na estrutura da EDM, sendo de salientar, além do início da transferência para a EDMI- Empresa de Projectos Imobiliários, SA, de patrimónios das empresas do Grupo que foram cessando actividade, o desenvolvimento de novas áreas, em particular as relacionadas com o ambiente, que resultaram da publicação do DL nº 198-A/2001 de 6 de Julho que estabeleceu a adjudicação à EXMIN, em regime de concessão, do exclusivo do exercício de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, abrindo a esta empresa uma ampla área de negócios.

Os anos de 2002 e 2003 foram, por isso, dominados pela transição para a implementação da nova estrutura, com a programação do desenvolvimento das actividades de reabilitação ambiental de áreas mineiras degradadas e da transferência de patrimónios para a EDMI.

Ao longo desses anos as situações pendentes relativamente às principais participadas provocaram fortes solicitações financeiras para apoio aos processos de liquidação ou de alienação não concluídos. Não tendo sido concretizada, logo em 2001, a venda prevista de 17% do capital da Somincor, os trabalhos de liquidação

da ENU (com a correspondente redução de pessoal e regularização de patrimónios) determinaram a prestação pela EDM de um apoio financeiro de 2,5 milhões de euros, relativo ao fecho.

Os anos de 2004 e de 2005 marcaram o início de uma nova etapa na vida da EDM concretizando decisões estratégicas que haviam sido tomadas nos anos precedentes, nomeadamente, como já se referiu, as respeitantes ao fecho da ENU e à venda da participação na Somincor, processo concluído com assinalável êxito.

A EDM libertou-se, então, dos pesados encargos resultantes de um período prolongado em que funcionou como veículo do Estado para intervenções de recurso em apoio de empresas mineiras em declínio, com forte expressão económica regional e não menor visibilidade social.

A Empresa assumiu uma nova forma – a de sociedade anónima – e absorveu a EXMIN, para melhor responder aos desafios e vocações do tempo presente, em que ganham expressão na comunidade dos negócios, as problemáticas da defesa do ambiente, da melhoria das condições de saúde e bem-estar das populações, do aprofundamento do conhecimento científico e das suas aplicações práticas.

A nova EDM reduziu o capital para 30 milhões de euros e organizou-se para responder adequadamente às actividades da recuperação ambiental, cumprindo ao mesmo tempo um desígnio de "serviço à comunidade" que lhe cabe, também, enquanto empresa de capitais públicos, que passaram a ser detidos unicamente pelo Estado em consequência da compra da participação de 3,97% do capital que a Caixa Geral de Depósitos detinha na Empresa.

Em 2006, com a retirada do Grupo das empresas mineiras e a concentração em actividades de serviços, quer da própria EDM, quer das suas participadas, a estrutura do Grupo EDM encontrava-se reduzida à composição seguinte:

Empresa	Actividade	Capitais próprios (€)	Participação EDM
EDM	***Holding* e Operador sectorial**	**38.064.177**	
EDMI	Gestão de patrimónios imobiliários	423.431	100%
Transminas	Serviços portuários (Setúbal)	1.549.247	100%

Fonte: EDM- Relatório e Contas 2006

Com a posterior alienação da Transminas a EDM passou a ter, a partir de 2008, uma única participada, dedicada à gestão de patrimónios imobiliários provenientes das antigas participadas.

Entretanto, após 2006, reforça-se, ao lado da área de negócio da recuperação de áreas mineiras degradadas, a área relacionada com a monitorização ambiental e com a segurança de antigas minas de urânio.

Paralelamente, vão ganhando expressão actividades em colaboração com outras entidades em domínios como a investigação, a prospecção, pesquisa e aproveitamento de recursos geológicos e outras actividades na área de prestação

de serviços inscritas na linha de orientação do "*Plano Estratégico e Contas Previsionais*" para o mandato 2007-2009.

No plano financeiro, a progressiva regularização, a partir de 2004, das situações "herdadas", bem como a alienação da participação na Somincor e a reorientação estratégica da Empresa para novas áreas de negócio, tornou possível entregar ao accionista Estado um avultado quantitativo (63 milhões de euros entregues entre 2004 e 2006) e registar, em todos os exercícios de 2004 a 2008, resultados líquidos positivos, o que constitui, também, um marco assinalável na história recente da EDM.

3.2 Área de prospecção e pesquisa mineira

Nos anos finais da década de 90 os trabalhos de prospecção e pesquisa mineira eram conduzidos pela EDM através de uma área departamental de Prospecção e Geologia e de um Centro de Ensaios, instalado na Lavaria-piloto de Aljustrel.

Esses trabalhos incidiram predominantemente na Faixa Piritosa Ibérica (metais básicos), em Jales (ouro) e em Valongo e foram executados no âmbito de consórcios da EDM respectivamente com a Portuglobal, para a avaliação económica da jazida da Estação (Aljustrel), com a RIOTINTO para a região de Grândola (Lagoa Salgada), com a TARGET EUROPE para Jales e com a CONNARY MINERALS para Valongo.

As participações da EDM nestes consórcios foram sempre minoritárias e os montantes investidos geralmente modestos, excepto os previstos no âmbito de um consórcio com uma filial do Grupo Anglo American para pesquisa de metais básicos e preciosos no SW de Angola, entretanto cancelado, e já atrás referido.

Os consórcios de Grândola, Jales e Valongo foram encerrados durante o ano de 1999, ano em que se começaram a esboçar alterações na estratégia da EDM em matéria de prospecção, com a reestruturação interna da área de Geologia e Prospecção Mineira, cujas atribuições foram transferidas para a EXMIN, e com o encerramento da Lavaria Piloto por falta de trabalhos que justificassem a sua manutenção e pelos encargos fixos que decorriam da sua existência.

A participada EXMIN recebeu, assim, no final de 1999, os direitos relativos aos contratos de prospecção nas áreas de Aljustrel e Estação, bem como na área de Malhadinha, resultante de um contrato entre a EDM e o IGM celebrado em Outubro de 1999.

Nos anos imediatamente subsequentes, as actividades de prospecção e pesquisa perderam expressão, em parte pelas dificuldades inerentes à falta de capacidade de auto-financiamento da EDM para tais fins, apenas havendo notícia do interesse da EDM em materializar uma cooperação com Timor que abrangeria os domínios da Geologia e Recursos Minerais e um pedido formulado pela EXMIN para a prospecção, pesquisa e exploração de areias e cascalhos na Plataforma Continental, projectos que a EDM teve de abandonar, por decisão da tutela.

Em síntese, a área de prospecção e pesquisa mineira, que era realizada através de consórcios com participação da EDM, conheceu transitoriamente um decréscimo significativo de actividade, reduzindo-se, na primeira metade da presente década, a actuações pontuais no País, com escassas estruturas e meios próprios da EDM para o efeito.

Paralelamente, por razões a que não terá sido alheia a debilidade financeira da empresa nos primeiros anos desta década e o consequente receio de que, concretizada a venda da Somincor, o Governo se decidisse pela liquidação da EDM, não se registou mobilização da EDM para intervenções em consórcio para prospecção e pesquisa no exterior, mesmo em mercados onde o conhecimento português dos recursos geológicos locais foi assinalável (p.e., antigas colónias).

Só em 2005, na sequência da venda da participação na Somincor e da fusão por absorção da EXMIN pela EDM, se abrem perspectivas favoráveis ao crescimento da empresa, com retoma da linha de interesse pela intervenção activa da EDM em projectos de prospecção e pesquisa no País, e, eventualmente, no exterior.

Havia ficado acordado com a Somincor, na sequência da venda da participação da EDM, um contrato de prestação de assistência técnica no domínio do ambiente e direitos de participação nos resultados dos projectos de prospecção de áreas da Faixa Piritosa Alentejana. Foi, na sequência, celebrado um "Acordo de Parceria" com a Somincor, conferindo à EDM, durante 10 anos, o direito de 15% nos jazigos que venham a ser descobertos nos projectos de prospecção da Somincor na referida Faixa Piritosa. No âmbito desse acordo estavam em curso, em 2008, projectos de prospecção e pesquisa em diferentes áreas da Faixa Piritosa, e em Maio desse ano foi constituído um consórcio com a Somincor dirigido para a execução de sondagens de reconhecimento do depósito mineral do Gavião em Aljustrel, visando a definição de reservas para estudo de viabilidade da exploração.

Na mesma linha de participação em actividades de prospecção já em Janeiro de 2006, a EDM tinha avançado perante a tutela com uma proposta de integração na EDM da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA, detida a 81% pelo Estado. De facto, tal proposta, que não teve acolhimento, visava alavancar a participação em actividades de prospecção, exploração e aproveitamento de recursos mineiros, em particular nos PALOP, atendendo a que a SPE, detentora de 49% do capital da Sociedade Mineira do Lucapa, em Angola, (concessionária de áreas diamantíferas) constituiria um veículo privilegiado para alargar a países com bom potencial mineiro, a capacidade e experiência portuguesa.

Em 2007, num contexto favorável ao lançamento de projectos relativos à exploração de zinco (Aljustrel), urânio (Nisa) e volfrâmio (Panasqueira), regista-se um crescente interesse de empresas na prospecção e pesquisa para o ouro e metais básicos, incluindo o estanho. Nesse ano, foi apresentado à EDM, por uma empresa (MTI) que detém contratos de prospecção de estanho e volfrâmio em Trás – os - Montes, mas que está, também, envolvida com a Endiama num contrato de prospecção e pesquisa de diamantes, em Angola, um projecto de consórcio entre empresas portuguesas e angolanas para o apoio especializado a novos projectos nesse País, nos domínios da prospecção e exploração mineira, assistência técnica e

formação profissional de topo, a que não foi dado seguimento, por não ter sido possível reunir as necessárias condições para o efeito.

Neste mesmo ano de 2007, foi celebrado um Protocolo de Cooperação com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em domínios relacionados com a prospecção e pesquisa e, em particular, com a segurança e recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. Tal Protocolo prevê, ainda, na alínea a) da clausula 4ª, a promoção de acções de cooperação no domínio geológico-mineiro, no País e no estrangeiro, particularmente nos países de língua oficial portuguesa

3.3 Área ambiental

Em finais dos anos 90 a EDM reconhecia já a área ambiental como prioritária para a sua actividade futura, pelo papel relevante que a Empresa - na qualidade de operador sectorial do Estado e em articulação com os serviços competentes dos Ministérios da Economia e do Ambiente - poderia vir a desempenhar na reabilitação ambiental de zonas degradadas por explorações mineiras abandonadas.

Estes Ministérios vieram a celebrar em Outubro de 1999 um Protocolo para a Requalificação e Melhoria do Desempenho Ambiental da Indústria Extractiva, envolvendo a realização de um Programa de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas (PRAAMA), medidas que estiveram na base de um Acordo de Cooperação entre a DG do Ambiente (DGA), o Instituto Geológico e Mineiro (IGM) e a EDM.

No quadro geral destas acções, conferindo prioridade e visibilidade à temática ambiental relacionada com a indústria mineira, a EDM tinha promovido, no início de 1999, uma Conferência subordinada ao tema "O Ambiente e a Indústria Mineira" com o objectivo de proporcionar às entidades públicas e privadas, uma visão compreensiva do enquadramento institucional, a nível nacional e da União Europeia, bem como as linhas orientadoras das respectivas estratégicas para a resolução do grave problema ambiental relativo às minas abandonadas.

A recuperação ambiental de minas abandonadas constituíra uma opção estratégica da EDM desde o início do mandato da Administração eleita para o triénio 1998--2000 consagrada, logo em Maio de 1998, com a aprovação em Assembleia Geral do "*Documento base de estratégia para a EDM e o seu Grupo – perspectivas a curto e médio prazos*".

Ao mesmo tempo, através da participada EXMIN[8], reestruturada e reforçada com técnicos qualificados da EDM, iniciou-se a realização de diversos estágios, acções e visitas de formação de pessoal, além da realização de estudos de diagnóstico e projectos de remediação, tanto em Aljustrel, como na área da influência da ENU.

[8] A EXMIN era, antes da reestruturação em 1999, uma sub-holding da EDM dedicada à exploração de inertes (areias, diatomitos e feldspatos).

No início do ano de 2001 é aprovado em Conselho de Ministros, e posteriormente publicado no Diário da República o DL nº 198-A/2001 de 6 de Julho, que adjudicou à EXMIN, em regime de concessão de serviço público, por dez anos renováveis, o exclusivo do exercício de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, reconhecendo os elevados passivos ambientais acumulados em tais áreas e os riscos potenciais para os ecossitemas e as populações envolventes. A referida concessão, cujo contrato foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2001 de 19 de Junho, abrangeu a caracterização das áreas mineiras, as obras de reabilitação e a monitorização ambiental.

Desde o ano 2000 tinham sido já promovidos, através da participada EXMIN, os estudos iniciais, isto é, vários Estudos Directores para reabilitação de áreas mineiras degradadas, visando estabelecer as principais actuações estratégicas referentes às áreas das minas de sulfuretos polimetálicos e às áreas das minas de radioactivos, que, de resto, constituíam as situações mais preocupantes quanto a passivos ambientais a resolver.

Os Estudos Directores decorreram entre 2000 e 2004 e envolveram os investimentos discriminados no quadro seguinte:

Recuperação ambiental – Investimentos em Estudos Directores (euros)

Projectos	Programa	2000/02	2003	2004	Total
Estudo Director - Minérios radioactivos -1ª Fase	PO Economia	936.870			936.870
Estudo Director - Sulfuretos Polimetálicos-1ª Fase	PO Economia	735.660			735.660
Estudo Director - Minérios radioactivos - 2ª Fase	PO Economia	1.265.432	272.862		1.538.294
Estudo Director -Sulfuretos Polimetálicos-2ª Fase	PO Economia		656.567	305.670	962.237
	Total	**2.937.962**	**929.429**	**305.670**	**4.173.061**

Fonte: EDM

Os Estudos Directores receberam apoio financeiro da União Europeia, através do sistema de incentivos PRIME do Programa Operacional da Economia, no montante de 2.586.608 euros (62% do investimento total)

Em termos gerais, o esquema de financiamento que veio a ser adoptado para as actividades abrangidas pela concessão compreende o recurso a 3 fontes distintas: (i) contribuições financeiras a fundo perdido com origem no Orçamento da União Europeia, através do FEDER e Fundo de Coesão (ii) contribuições financeiras a fundo perdido com origem no Orçamento de Estado (iii) fundos correspondentes à remuneração anual do "capital afecto à concessão", fixada contratualmente em 8% de tal capital (avaliado actualmente em 12 milhões de euros).[9]

A primeira obra de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, iniciada em Maio de 2002 e concluída em Março de 2004, foi a empreitada de reabilitação da escombreira da mina de Jales, uma das maiores chagas ambientais do País, que representou um investimento total de 5.024.184 euros e beneficiou de uma

[9] No futuro a contribuição financeira da União Europeia, destinada à resolução de Passivos ambientais, será canalizada através do Eixo III do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), do QREN 2007-2013.

contribuição financeira da União Europeia, a fundo perdido, através do POA – Programa Operacional do Ambiente, no montante de 2.876.445 euros (57% do investimento total). Esta primeira obra de recuperação ambiental, conduzida pela EDM, foi considerada de nível internacional.

No entanto, as dificuldades de obtenção de verbas no âmbito dos Programas Operacionais e a morosidade burocrática de lançamento e aprovação de projectos de intervenção, por exigência de realização de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e subsequente Declaração de Impacte Ambiental (DIA), provocaram atrasos em relação ao previsto nos estudos, confinando, durante os anos de 2003 e 2004, a EXMIN aos projectos de recuperação já anteriormente iniciados (Jales), à conclusão da elaboração dos Estudos Directores para diversas áreas mineiras, à realização de estudos de hierarquização de intervenções a efectuar e trabalhos de caracterização e projecto nas áreas mineiras de radioactivos, bem como ao acompanhamento e beneficiação das acções de monitorização de radioactivos, e ainda, à prestação de alguns serviços de apoio à ENU, em liquidação, e com importantes passivos ambientais a resolver.

No contexto de reestruturação global da EDM, que teve passos importantes em 2004 (preparação da extinção da ENU e alienação da participação na Somincor) foi decidido, em meados de 2004, proceder à absorção da EXMIN pela EDM, o que veio a suceder mais tarde, por escritura pública de 12 de Julho de 2005.

O ano de 2005 é aquele em que o Contrato de Concessão ganha expressão significativa, em termos de intervenções de recuperação de áreas mineiras degradadas, quer relativamente às minas de radioactivos, cuja exploração durante todo o século XX, para extracção de rádio e de urânio, deixou profundas marcas no território, em especial nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, quer em relação às minas de pirites e sulfuretos polimetálicos, cuja exploração marcou o território dos distritos de Beja e em menor grau Évora, no Alentejo.

Nesse ano, ficaram estabilizados os procedimentos relativos à aprovação dos estudos ambientais e à apresentação de candidaturas a apoios do QCA III, o que permitiu o avanço de vários projectos, com destaque para: (i) o tratamento de efluentes da mina de Jales; (ii) a recuperação ambiental das áreas mineiras de Terramonte e Covas (ouro);(iii) a adaptação à DIA de projectos de execução de intervenções nas áreas mineiras de Argozelo e Urgeiriça ; (iv) a conclusão de Planos Directores de intervenção nas áreas mineiras de Cunha Baixa, Quinta do Bispo, Bica e Vale da Abrutiga.

A caracterização das áreas mineiras degradadas ficou praticamente concluída e foi possível seleccionar um vasto conjunto de actuações a implementar, abrangendo Planos Directores (Lousal e Caveira), Estudos de Incidência Ambiental (Espinho, Ribeira do Boco, Canto do Lugar e Barroco), Projectos de Execução (Freixeda, Ribeira, Murçós, Fonte Santa e Ribeira do Bôco), Projectos de recuperação ambiental (Lousal e Caveira), Projectos de Remediação, Avaliação de Alternativas e estudo prévio (Cunha Baixa), estudos de depósitos receptores de materiais de minas radioactivas.

Entretanto, prosseguiram os projectos que transitaram da ENU relativos a programas de monitorização nas áreas de influência de minas de urânio, assim como os trabalhos de segurança para um conjunto de 6 dezenas de minas nos distritos do Centro do País.

Destaque, fora do quadro de projectos e obras desenvolvidos no âmbito do QCA III, para a obra de recuperação da Escombreira/Barragem Velha da Urgeiriça, que a EDM, face à perigosidade e urgência da obra, inicia em 2005 e que envolverá, até à sua conclusão em 2008, um investimento total de 7.893.130 euros, financiado por fundos próprios.

No ano de 2006 surge já consolidada a actividade dominante da nova EDM – a da recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas – assinalando-se, além das referidas obras da Barragem Velha da Urgeiriça, as intervenções de recuperação ambiental na antiga área mineira de Argozelo e na área mineira de Aljustrel, a constituírem os principais investimentos de recuperação ambiental nesse ano.

Dos factos relevantes ocorridos em 2006 merece ainda referência o que se relaciona com a segurança, monitorização e controlo das minas inactivas (nomeadamente daquelas em que se colocam problemas permanentes de risco para pessoas e bens, exigindo uma monitorização em contínuo com sistemas apropriados).

Neste domínio a EDM foi registando avanços meritórios, que vieram a ser reconhecidos pelos inspectores da EURATOM, os quais, em visita a antigas minas de urânio, no final de 2006, consideraram o modelo técnico adoptado pela EDM como um exemplo de boas práticas no contexto europeu, reflectindo o apreço pela implementação de um novo sistema de monitorização e controlo contínuo dos efluentes dessas minas.

Em consequência do trabalho desenvolvido na recuperação ambiental de minas degradadas surge, também, em Fevereiro de 2006, por solicitação da tutela, a hipótese de envolvimento na recuperação ambiental de pedreiras abandonadas.

Trata-se de uma actividade em que o conhecimento da EDM no domínio da recuperação ambiental é relevante, mas em que a vastidão das situações a enfrentar - 1850 pedreiras em baixa exploração das quais cerca de 200 envolvem impactes ambientais preocupantes - exige investimentos avultados e uma cuidada preparação da intervenção neste sector.

No ano de 2007, o novo Plano Estratégico da Administração da EDM para o triénio 2007-2009 integrou claramente nos objectivos estratégicos gerais, o vector da *"segurança, recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas situadas próximo de aglomerados populacionais. Neste domínio, merece atenção a situação relativa às minas de urânio, optimizando processos e acções a desenvolver para a sua reabilitação, monitorização e controlo".*

Os apoios aprovados na fase final do QCA III permitiram ampliar bastante, nos anos de 2007 e 2008, os investimentos nas acções de recuperação ambiental de zonas mineiras degradadas (Cf. Quadro junto)

EDM -INVESTIMENTO EM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NO PERÍODO 2000-2008

MINAS /PROJECTOS	Programa Operacional	INVESTIMENTO C/IVA (Euros)							
		Até 2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
I RADIOACTIVOS									
Estudos Directores da Área de Minérios Radioactivos - 1ª e 2ª Fases	POE - PRIME	2.202.302	272.862						2.475.164
Acomp. E Benefic. Das Acções de Monitorização dos Radioactivos - 1ª Fase	POE - PRIME		110.213	135.549	95.558				341.320
Caracteriz. e Proj. nas Áreas mineiras de Radioactivos - Fase Complem. 1	POE - PRIME		156.491	826.501	613.109				1.596.101
Monitor. Amb. e Tratam. Efl. antes e após remediação - Áreasde radioactivos	POR CENTRO				25.612	875.042	752.329		1.652.983
Proj.Exec.e Est.ambientais para obras em 17 Áreas Mineiras de radioactivos	POR CENTRO					41.375	279.151	581.727	902.253
Proj.Exec.e EiA nas Áreas Mineiras de Cunha Baixa e Quinta do Bispo	POR CENTRO					21.883	141.296	329.242	492.421
Proj. e Obras nas envolventes às escombreiras e Zona Industrial da Urgeiriça	POR CENTRO					38.601	198.577	2.025.740	2.262.918
Obras de recuperação ambiental da antiga área mineira de Espinho	POA					17.774	189.472	213.703	420.949
Obras de remed. Ambiental da antiga área mineirade Abrutiga - 1ª e 2ª Fase	POA						424.650	1.868.656	2.293.306
Recuperação da Escombreira/Barragem Velha da Urgeiriça -1ª e 2ª Fases	AUTOFINANC.				263.894	1.362.283	4.626.568	1.640.385	7.893.130
Sub-Total I		*2.202.302*	*539.566*	*962.050*	*998.173*	*2.356.958*	*6.612.043*	*6.659.453*	*20.330.545*
II OUTROS									
Estudos Directores da Área de Sulfuretos Polimetálicos Maciços - 1ª e 2ª Fases	POE - PRIME	735.660	656.567	305.670					1.697.897
Estudo de Hierarquização para a reabilitação de áreas mineiras degradadas	POE - PRIME		24.799	56.430					81.229
Estudos de Base, Proj. e interv.urgentes não contempladas noutras candidat.	POE - PRIME				278.904				278.904
Concepção, Projecto e Obras da antiga Área Mineira de Covas	POR NORTE				58.532	68.616	1.061.510		1.188.658
Obra na antiga Área Mineira de Terramonte - 1ª e 2ª Fase	POR NORTE					62.617	111.635	1.263.850	1.438.102
Proj. de recup.ambiental e de segurança da antiga àrea Mineira de Freixeda	POR NORTE				25.936	83.391	264.883		374.210
Proj. de recup.ambiental e de segurança da antiga àrea Mineira de Murçós	POR NORTE				22.016	39.038	418.848		479.902
Proj. de recup.ambiental e de segurança da antiga àrea Mineira de Ribeira	POR NORTE				25.901	42.000	385.243		453.144
Proj. de recup.ambiental e de segurança da antiga àrea Mineira de Fonte Santa	POR NORTE				21.514	210.007	592.908		824.429
Proj. de exec. e EIA da área Mineira de Santo António de Penedono	POR NORTE					23.458	116.031		139.489
Proj. de recup.ambiental e de segurança da antiga àrea Mineira de Montesinho	POR NORTE				22.078	85.889	1.622.049		1.730.016
Est. hidrog. e de estabil.de barrag.proj.e obras na área de S.Domingos - Fase 1	POR ALENTEJO		37.539	124.573	442.667				604.779
Projecto base para a área mineira do Lousal	POR ALENTEJO			30.559	145.602				176.161
Projecto de execução e EIA para a área mineira da Caveira	POR ALENTEJO					67.821	169.405		237.226
Projecto e obras na área mineira de Aljustrel Fase 1A	POR ALENTEJO				67.567	959.028	1.500		1.028.095
Projecto e obras na área mineira de Algares, S.João e Pedras Brancas- Fase 1B	POR ALENTEJO					38.601	246.498	2.511.310	2.796.409
Proj. exec. e EIA das Obras previstas no Plano Director de reabil. de S.Domingos	POR ALENTEJO					10.417	114.484	457.539	582.440
Rerabilitação da escombreira da mina de Jales	POA	2.545.735	1.674.896	803.553					5.024.184
Recup. Ambiental da antiga área mineira de Argozelo	POA				156.749	866.500	925.715		1.948.964
Instalação da Unidade de tratamento de efluentes de Fundo na mina de Argozelo	POA						170.759	66.667	237.426
Instalação da Unidade de tratamento de efluentes de Fundo na mina de Jales	POA					436.752			436.752
Sistema de monitor. em contínuo de parâmetros de controle de efluentes - Jales	POA						37.802	60.240	98.042
Sub-Total II		*3.281.395*	*2.393.801*	*1.320.785*	*1.267.466*	*2.994.135*	*6.239.270*	*4.359.606*	*21.856.458*
Actividades em projectos não financiados						*1.602.269*			*1.602.269*
TOTAL GERAL		**5.483.697**	**2.933.367**	**2.282.835**	**2.265.639**	**6.953.362**	**12.851.313**	**11.019.059**	**43.789.272**

Foi significativo o número de obras de recuperação ambiental concluídas (Freixeda, Ribeira, Murçós, Montesinho, Argozelo, Covas e Fonte Santa), além dos progressos registados nas intervenções na Urgeiriça, no sentido de resolver a maior contaminação no País por exposição a materiais radioactivos das escombreiras, com interferência directa no desenvolvimento dos concelhos envolventes, em termos de penalização ambiental, social e económica.

Logo no início de vigência do QREN (2007-2013), a EDM preparou e apresentou à tutela a programação das acções a realizar no horizonte de 2013, contidas no documento *"Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas – QCA III e QREN".*

Assim, a empresa foi chamada a integrar, no âmbito do MAOTDR, o Grupo de Trabalho Passivos Ambientais, criado pelo Despacho n.º28176/2007, de 14 de Dezembro, do MAOTDR e do Ministério da Economia e da Inovação (MEI) para definição de orientações e prioridades no domínio da reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados que constituam passivos ambientais.

Este Grupo de Trabalho, coordenado pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, veio a produzir um Documento Enquadrador em que foram identificadas as

intervenções prioritárias em sítios contaminados e em áreas mineiras degradadas, a nível nacional.

A nível regional, considerava-se no Documento Enquadrador que poderiam concorrer a apoios através dos Programas Operacionais Regionais, além das áreas com resíduos perigosos, "*outros locais referenciados pelos Municípios e CCDR como constituindo uma penalização social, ecológica e económica, mesmo que fossem passivos de resíduos não perigosos*", salientando esse documento que, "*pelo interesse demonstrado ao nível das regiões podem ainda ser considerados a concurso regional para além das minas abandonadas as pedreiras abandonadas*".[10]

Cabe, assim, aos Municípios e às CCDR, no período do QREN, um papel de relevo em matéria de resolução de passivos ambientais relacionados com pedreiras abandonadas, tendo ficado reservada à EDM uma vasta intervenção na recuperação ambiental de minas abandonadas, para a qual foi atribuído um montante de 45 milhões de euros de apoios por fundos da UE através do POVT do QREN.

Em 2007 teve lugar a celebração de um Protocolo de Cooperação com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em domínios relacionados com a prospecção e pesquisa e com a segurança e recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, marcando uma nova etapa de reconhecimento da importância da EDM nestes domínios de actividade e abrindo perspectivas futuras de consolidação de linhas regulares de actuação empresarial nestas áreas, para além do horizonte da concessão.

No âmbito do Protocolo com a DGEG foram atribuídas verbas de cerca de 6,6 milhões de euros, para diferentes tipos de projectos, cobrindo investimentos na área de segurança em minas abandonadas não abrangidas na Concessão, e investimentos de recuperação ambiental em minas abrangidas pelo nº 2 do artº 2º do DL nº 198/2001, assim como acções de cooperação e acções visando a promoção das potencialidades mineiras, estímulo ao investimento e melhoria da imagem pública do sector mineiro.

No mesmo ano preparou-se um *Memorandum* de entendimento com o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) para reforço da articulação entre ambas as entidades.

Em 2008 merece realce a inauguração da obra mais emblemática de recuperação ambiental realizada pela EDM - a referente à "Estabilização de Taludes, Selagem e Drenagem do Aterro de Rejeitados da Barragem Velha da Urgeiriça", financiada com meios próprios - sendo também um ano em que, na área ambiental, ocorreu a conclusão de um significativo número de projectos e obras, em particular os que receberam apoios do QCA III.

O Protocolo celebrado em 2007 com a DGEG, visando investimentos de segurança em áreas mineiras, começou a ser implementado com intervenções concentradas em antigas áreas mineiras na Beira Interior, em Trás-os-Montes e no Baixo

[10] APA – Programa Operacional Temático Valorização do Território - Eixo Prioritário III- Recuperação do Passivo Ambiental. Ponto V – Selecção das Áreas Prioritárias a considerar a Concurso a PO Regional.pp14

Alentejo. Estes investimentos têm vindo a alargar-se, tendo atingido, até Setembro de 2009, cerca de 1,7 milhões de euros.

O ano de 2008 marca igualmente um esforço da EDM em aprofundar a sua presença efectiva na denominada Sociedade do Conhecimento, como promotora da divulgação dos novos conhecimentos, novas tecnologias e novas ferramentas de trabalho, de que são exemplos as acções em curso para a futura criação de um Centro de Conhecimento a localizar na Urgeiriça (na sequência das acções de requalificação ambiental que decorrem na área industrial do Complexo Mineiro), e a criação da Plataforma Web "Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Geológico e Mineiro em Portugal", em colaboração com a DGEG.

Os Centros de Conhecimento são instituições que aglutinam funções de investigação e desenvolvimento, promoção da inovação e divulgação científica e cultural, inscrevendo-se no esforço colectivo de promoção da ciência, do desenvolvimento económico e social e da valorização dos territórios onde se instalam, constituindo, também, veículos privilegiados de educação, formação e saber aberto à comunidade.

Pretende-se que o projectado Centro de Conhecimento Radianatura, mesmo que não incluindo todas as vertentes do estudo base, possa vir a constituir um projecto de referência para a EDM, representando um gesto de reconhecimento à memória do lugar e da sua comunidade mineira e um passo importante na cooperação com a comunidade que aí vive actualmente e, também, com a comunidade científica de toda a Região envolvente e do País e estrangeiro.

O Centro visa, entre outros objectivos, acolher agentes ligados à investigação e desenvolvimento da radioactividade e seus efeitos no ambiente e saúde humana (Universidades, Laboratórios e Centros de Investigação), bem como proceder à conservação e valorização do património**,** pela musealização das componentes mais representativas do acervo mineiro da Urgeiriça e vir a constituir na Região um pólo de Divulgação Científica e Cultural**,** através de exposições temáticas e eventos que levem ao grande público o conhecimento das conquistas da ciência e da técnica. De registar que este projecto não se destina a ser gerido e explorado pela EDM.

Quanto à criação de uma Plataforma Web, guiam-na três objectivos principais: dar visibilidade a locais, iniciativas e eventos (minas, museus, exposições, curiosidades geológicas, …), facilitar o aprofundamento do conhecimento científico, fornecer informação sobre rotas mineiras para promover a visita aos locais e o desenvolvimento do turismo.

Ainda em 2008, merece referência, no âmbito do Protocolo de cooperação entre a DGEG e a EDM (2007), o estudo encomendado ao LNEG, relativo à caracterização da área uranífera de Nisa, destinado a permitir estabelecer uma situação de referência geoambiental com o objectivo de "*minimizar e eventualmente corrigir situações de ordenamento do território que coloquem em risco populações, gado, flora e fauna locais, bem como salvaguardar a preservação de jazigos minerais uraníferos*".

As preocupações com os efeitos da radioactividade sobre as populações não se confinaram em 2008, ao que se acaba de referir sobre Nisa, merecendo referência,

nessa linha, o que tem vindo a ser feito em relação às populações residentes na Urgeiriça.

O Protocolo assinado com a Comissão de Moradores, em 14 de Abril de 2008, visou a caracterização do Parque Habitacional da Urgeiriça, em termos de avaliação dos níveis radiológicos, quer da área envolvente das habitações, quer do seu interior. Este trabalho foi atribuído ao Laboratório de Radioactividade Natural do Departamento de Ciências da Terra da FCT da Universidade de Coimbra, tendo os trabalhos de campo sido iniciados em Outubro de 2008.

A diligência mais recente efectuada pela EDM no domínio ambiental respeita à proposta de renovação antecipada do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a EDM em 21 de Setembro de 2001, relativo ao exercício, em regime de exclusivo, pelo prazo de 10 anos, da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.

A EDM na proposta apresentada à tutela, em Junho de 2009, através do Secretário Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, fundamenta a antecipação pretendida na alteração ocorrida dos pressupostos do estudo económico – financeiro (elaborado para um prazo de apenas 6 anos e anexo ao contrato de concessão) que esteve na base da organização do financiamento da concessão, e fundamenta, também, a proposta de renovação antecipada, na recente entrada em vigor do QREN – Quadro Estratégico de Referência Nacional, cujas potencialidades importa aproveitar durante todo o seu período de vigência.

As circunstâncias referidas têm vindo a colocar à concessão dificuldades quanto à estabilidade, num prazo razoável, do financiamento necessário à grandeza dos trabalhos a realizar e têm, igualmente, criado algumas dificuldades de organização processual.

Como é evidente, a continuidade e regularidade do cumprimento da missão de recuperação ambiental de minas degradadas, confiada contratualmente à EDM, pressupõe a continuidade e regularidade de fontes de financiamento para o efeito, visto que, nomeadamente, o recurso optimizado a fundos da União Europeia exige que se assegurem, tempestivamente, as contrapartidas nacionais necessárias, prevendo-se na proposta de renovação que possam provir de várias origens, incluindo "royalties" devidos anualmente ao Estado pelo conjunto da indústria extractiva, de resultados da própria concessionária e, complementarmente, de verbas inscritas no Orçamento de Estado para completar as origens anteriores.

No domínio da organização processual a proposta aponta para um modelo uniforme de apreciação e licenciamento dos projectos de recuperação com intervenção da DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia.

A proposta entreabre, ainda, um campo novo de colaboração com as Autarquias e com outras entidades, prevendo a possibilidade de celebração de protocolos para o desenvolvimento de actividades integradas na concessão, incluindo a fase de monitorização e manutenção posterior á recuperação básica. Trata-se de um aspecto que oferece perspectivas favoráveis à articulação com as preocupações de ordenamento do território, que assistem aos Municípios, e que se pode vir a revelar fecundo um dia que a recuperação ambiental venha a estender-se ao domínio das pedreiras abandonadas.

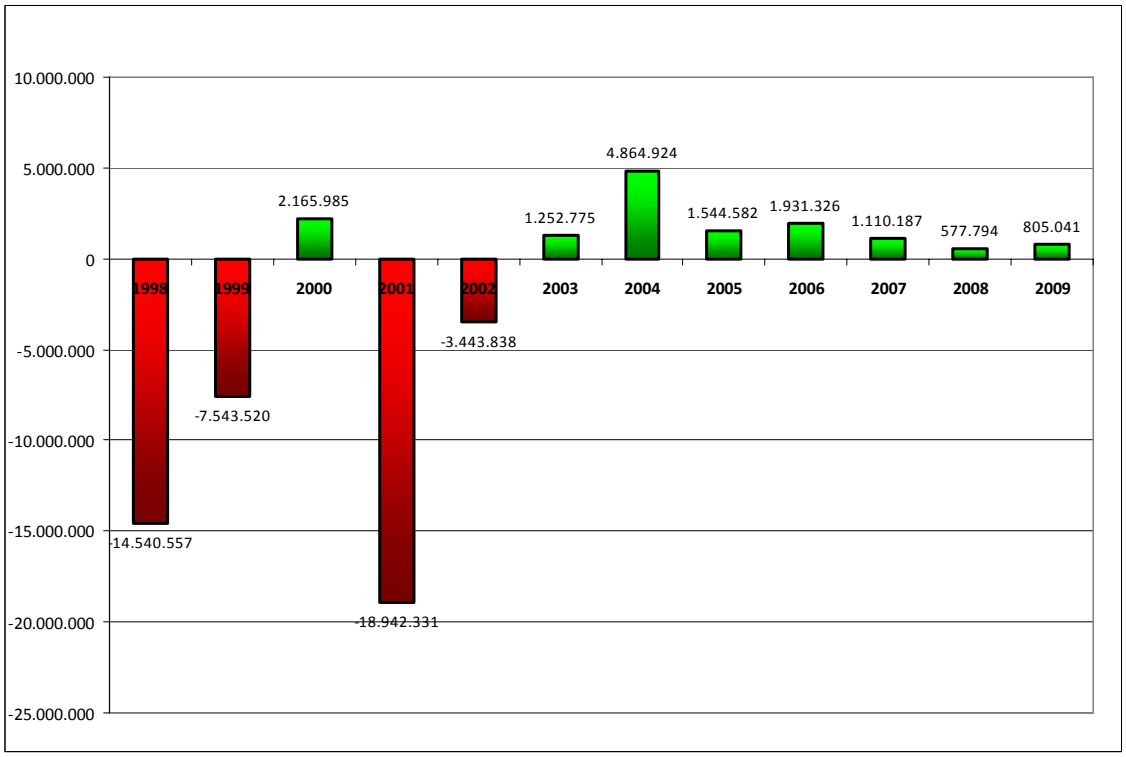
4. FACTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO RECENTE

Nos últimos anos, como se relatou no capítulo precedente, registou-se uma profunda alteração no espectro de actividades da EDM e na sua estrutura económica e financeira.

A evidência numérica de tal alteração está patente na síntese dos Balanços e Demonstrações de Resultados do período 1998-2008 que adiante se anexa e que se comenta nos parágrafos seguintes.

Globalmente, os resultados sinalizam o contraste entre os primeiros anos do período em análise, em que predominaram os prejuízos, e os anos posteriores a 2003, em que a EDM apurou lucros em todos os exercícios, como se ilustra no Gráfico junto.

Resultados da EDM, por anos (Euros)



Fonte: EDM.

Tal evolução decorre, em primeira linha, das acções de reestruturação visando o reequilíbrio económico - financeiro da Empresa, que foram aprovadas na Assembleia Geral de 29 de Maio de 1998. Essas acções, reafirmadas no final de 1999 no documento "*Reorganização do Grupo EDM*", foram implementadas ao longo do quinquénio subsequente.

Entre as acções de reorganização mais relevantes distinguem-se as que se relacionam com a resolução dos problemas do passado, sobretudo ligadas à intervenção do Estado em apoio às principais empresas de operação mineira e as que se relacionam com a preparação do futuro, isto é, com a reorientação estratégica da actividade da EDM abrindo-lhe novos domínios de intervenção.

As acções relacionadas com a resolução dos problemas do passado concentraram-se nos anos de 2001 a 2004 e tiveram expressão: na retirada, por liquidação ou por alienação de participações, do envolvimento em actividades de operação mineira, que ocorria através de empresas total ou parcialmente participadas; e no saneamento financeiro, mediante absorção de prejuízos por redução do capital social, passando o Estado a ser accionista único.

Os Balanços da EDM revelam, em consequência dessas acções, uma notável melhoria da estrutura financeira da empresa, com aumento sensível da liquidez imediata e do seu grau de solvência, a partir de 2004.

Marcos da resolução dos problemas do passado

referentes ao primeiro quinquénio da década de 2000

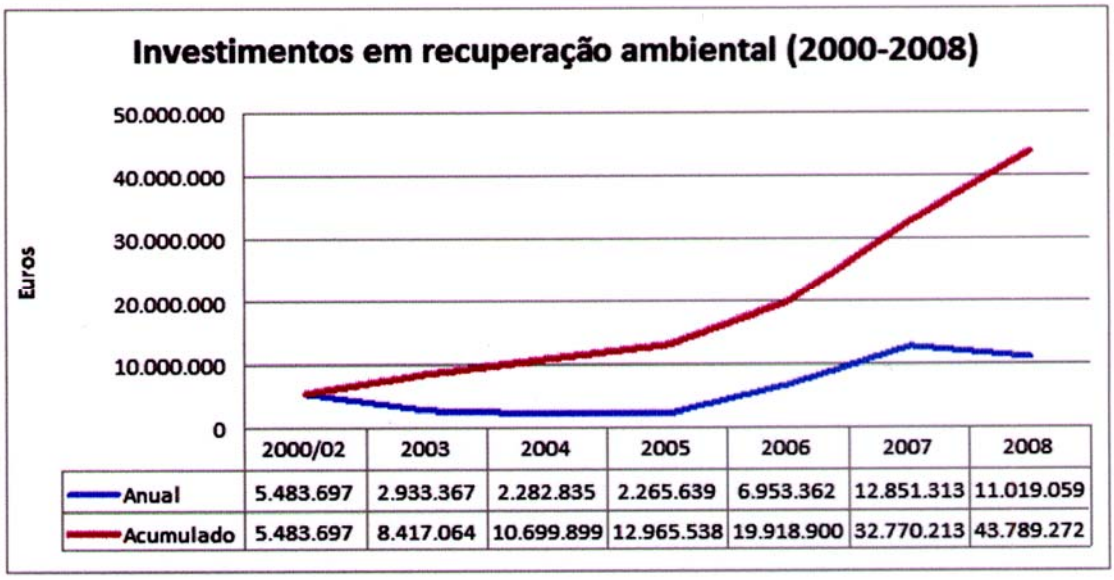
- **Liquidação em 2001 da ECD – Empresa Carbonífera do Douro, inactiva desde 1994.**
- **Alienação em 2001 da posição accionista na empresa Pirites Alentejanas.**
- **Aprovação em Março de 2001 da dissolução da ENU, que veio a ser liquidada em 2004.**
- **Alienação em Junho de 2004 da participação de 51% na Somincor, e, posteriormente, dos direitos ao "price participation".**
- **Aquisição em 2004 pelo Estado da participação de 3,97% no capital da EDM detida pela Caixa Geral de Depósitos.**
- **Redução em Setembro de 2004 do capital social da EDM de 126 milhões de euros para 30 milhões de euros por utilização parcial das reservas legais e de reavaliação para cobertura dos resultados transitados negativos.**

Os desafios do futuro assentaram numa estratégia orientada para a prestação de serviços em "nichos" de mercado nos domínios de especialidade da actividade mineira, em que se admite haver campo para crescimento da Empresa, dado o capital técnico que acumulou.

A EDM preparou cuidadosamente a penetração no "nicho" de mercado relacionado com o Ambiente e assegurou uma posição de relevo na recuperação ambiental de

áreas mineiras degradadas, o que lhe garantiu acesso a avultados meios financeiros da União Europeia para esse fim e lhe permitiu, paralelamente, acumular uma vasta experiência técnica e operacional nesse domínio.

Entre 2000 e 2008, a EDM realizou mais de 43 milhões de euros de investimento na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, com especial incidência nos anos de 2007 e 2008 (ver gráfico), estendendo a sua acção quer a áreas mineiras de radioactivos, quer de minérios metálicos, com destaque para os investimentos na Urgeiriça (Barragem Velha e Zona Industrial), Argozelo, Covas, Montesinho, Vale da Abrutiga, Terramonte, Aljustrel, Algares, S. João e Pedras Brancas.



	2000/02	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Anual	5.483.697	2.933.367	2.282.835	2.265.639	6.953.362	12.851.313	11.019.059
Acumulado	5.483.697	8.417.064	10.699.899	12.965.538	19.918.900	32.770.213	43.789.272

Durante o período de execução do QREN (2007-2013) estão previstas contribuições financeiras para recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas de 45 milhões de euros, o que permitirá elevar o investimento total a um nível bastante acima do registado no período de 2000-2008.

Ao lado da recuperação ambiental de áreas mineiras, um potencial "nicho" de mercado, a explorar no futuro, será o da recuperação ambiental de pedreiras abandonadas, na sequência das iniciativas do MAOTDR no âmbito da preparação do PNPOT, que levaram à identificação da situação existente e a uma estimativa dos investimentos envolvidos na recuperação das pedreiras cujo impacte ambiental é mais preocupante.

No Plano Estratégico da EDM para o mandato 2007-2009, a propósito da actuação futura no domínio da recuperação ambiental de pedreiras abandonadas que foram identificadas, referia-se como actuação "*que numa primeira fase se proceda ao estudo do seu enquadramento jurídico, à preparação dos normativos reguladores da actividade, e à escolha de um conjunto de casos modelares que permitam uma avaliação ex-ante do Programa, por forma a que o mesmo venha a ser executado no período de 2009-2013.*"

Para além dos desenvolvimentos em curso em matéria de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, de que a recente proposta de renovação do contrato de concessão é um exemplo, a EDM tem vindo a preparar, também, o futuro quanto ao regresso às actividades de prospecção, preferencialmente em modalidades de consórcio, estabelecendo bases de trabalho com instituições públicas, nomeadamente com a DGEG com a qual celebrou um Protocolo de cooperação.

Em complemento, procura afirmar a sua presença em domínios da Investigação e desenvolvimento e da difusão do conhecimento científico ligados: à actividade mineira, em particular em projectos ligados à monitorização e controle de tratamento de efluentes; à minimização dos efeitos do radão no meio ambiente; à concepção de modelos de geotecnia relativos ao controle de estabilidade de taludes de barragens e escombreiras; e à divulgação do conhecimento sobre a radioactividade através da criação do Centro de Conhecimento Radianatura, em fase de estudo.

Recentemente, vieram a manifestar-se expressões de interesse na abertura do capital da EDM à iniciativa privada. Esta questão foi colocada pelo accionista na Assembleia Geral de 2007, estabelecendo como uma das orientações para o mandato 2007-2009 *"avaliar o interesse da participação de entidades privadas em parte ou na totalidade do capital da sociedade".*

Trata-se de um assunto de actualidade cuja avaliação envolve múltiplos vectores, descritos anteriormente, e cujas tarefas preparatórias exigem a ponderação prévia de certas opções estratégicas que influenciam o valor da empresa a privatizar, com realce para as seguintes:

- Eventual interesse da integração numa única empresa - por fusão da EDM e SPE - do sector mineiro produtivo do Estado, fortalecendo as valências da prestação de serviços e capacidade de operação mineira, inclusivé no mercado internacional;
- Conveniência em prosseguir as investigações com vista à comprovação da viabilidade económica de exploração do jazigo do Gavião, que poderá representar uma importante valia para a EDM, e, consequentemente, para o estabelecimento do valor de venda de parte ou da totalidade do seu capital;
- Decisão sobre a proposta de revisão do Contrato de Concessão de recuperação de áreas mineiras degradadas, entendendo-se que, se tal se não vier a verificar, o valor de alienação da EDM ficará afectado ao ponto de tornar, provavelmente, pouco atractiva a operação.

O que atrás se referiu coloca em evidência a profunda transformação ocorrida na EDM, a partir de meados da presente década, no sentido do seu fortalecimento como veículo do Estado num vasto domínio de prestação de serviços de carácter empresarial, que envolvem, ou complementam, a actividade mineira, de cuja operação directa a empresa se retirou.

Destacam-se, adiante, os factos e os momentos em que se foram construindo os caminhos do futuro, e em que se foi aprofundando o reconhecimento do interesse público de muitas das funções que a EDM actualmente exerce.

A par da área ambiental, que se afirmou como alavanca para a evolução futura da empresa, a EDM tem procurado fortalecer outras áreas de prestação de serviços, ao sector mineiro e à comunidade em geral, por via da retoma da prospecção e pesquisa, da participação em projectos de I&D, da valorização do seu património.

Salienta–se, quanto a este último aspecto e ao de reabilitação, para novos usos, de acervos edificados em áreas mineiras existentes por todo o território do País, que a EDM procurará, igualmente, assumir como missão futura, após este ciclo intenso de actividade de resolução do Passivo Ambiental mineiro, a conservação dos edificados recuperados, dando concretização a uma orientação de política pública em relação ao património em geral.

Marcos da preparação do futuro

- **Transformação em 1999 da EXMIN (sub-holding da EDM para o sector dos minerais não metálicos) em empresa vocacionada para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.**
- **Criação da EDMI em Agosto de 2000 vocacionada para gerir os patrimónios imobiliários do Grupo EDM.**
- **Publicação do DL nº 198-A/ 2001 adjudicando à EXMIN o exercício exclusivo da recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.**
- **Realização entre 2001 e 2003 pela EXMIN dos Estudos Directores das intervenções de recuperação nas áreas de minérios radioactivos e de sulfuretos polimetálicos.**
- **Fusão, em Julho de 2005, da EXMIN na EDM.**
- **Celebração em 2005 de um "Acordo de Parceria" com a Somincor para realização de trabalhos de prospecção na Faixa Piritosa Ibérica e constituição de um Consórcio para reconhecimento do depósito do Gavião (Aljustrel).**
- **Celebração em 2007 de um Protocolo de Cooperação com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) relativo a prospecção, pesquisa e actividades de segurança e recuperação ambiental.**
- **Celebração em 2007 de um *Memorandum* de Entendimento com o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) relativo à salvaguarda dos valores da biodiversidade, nas intervenções em áreas mineiras.**
- **Conclusão em 2007 de um conjunto significativo de intervenções de recuperação ambiental de áreas mineiras degradas e inauguração em Abril de 2008 da mais importante obra de recuperação ambiental realizada pela EDM – a estabilização de taludes, selagem e drenagem do aterro de rejeitados da Barragem Velha da Urgeiriça.**
- **Apresentação à tutela em Junho de 2009 de uma Proposta de revisão do Contrato de Concessão da recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.**

5. VIAS DE FUTURO

5.1. Missão empresarial no enquadramento das políticas públicas

Os elementos vitais que estruturam a história do sector mineiro nacional evidenciam a existência de uma organização de recursos e de actividades caracteristicamente "clusterizadas", de montante a jusante, com incorporação de conhecimento (prospecção, pesquisa, actividades laboratoriais e serviços tecnológicos) nas actividades de exploração e transformação e com desenvolvimentos nas esferas da preservação ambiental e do ordenamento do território.

Enquanto instrumento privilegiado de um Estado com pergaminhos no sector mineiro, o quadro de referência da missão e actividades futuras da EDM tem vantagem em ser perspectivado à luz das tendências das políticas públicas (comunitárias e nacionais) dirigidas aos recursos básicos, no contexto de globalização e da competitividade das economias e à luz de um património de recursos materiais e de conhecimento que constituem relevantes activos estratégicos da Empresa.

No passado recente, a União Europeia não revelou actuações deliberadas no sentido de conceber uma perspectiva de integração de políticas activas dirigidas ao sector mineiro. No entanto, as dinâmicas induzidas pelo alargamento a Leste, com a integração de países com recursos e tradições nas actividades extractivas (Hungria, Polónia, Roménia e Bulgária), poderão contribuir de forma mais decidida para um novo olhar sobre o sector, um olhar que estimule a reactivação de posições de liderança mundial dos centros produtores e das empresas transformadoras (equipamentos e serviços) sedeadas na Europa.

No quadro de uma economia competitiva e globalizada, essas orientações devem combinar activamente duas perspectivas:

- a perspectiva da sustentabilidade ambiental (reabilitação física das minas abandonadas e a encerrar, na relação com o ordenamento do território e com as oportunidades de rentabilização económica dos recursos);
- as perspectivas de valorização do património de conhecimento existente e em consolidação (aprofundamento e divulgação de informação geológico-mineira, cooperação tecnico-científica entre empresas e Laboratórios do Estado e entre estados-membros e países terceiros).

A prioridade crescente nas Orientações de Política de Coesão atribuída às questões do desenvolvimento equilibrado das regiões, tenderá a reforçar as intervenções e os recursos de financiamento afectos a programas de reestruturação produtiva, em cuja concepção deverão estar presentes preocupações de sustentabilidade ambiental, competitividade económica e coesão social. Em alguns Estados-membros com património mineiro (Alemanha, Espanha, França, …) é possível

encontrar experiências que reflectem esse esforço de articulação activa que preserva tradições e memórias produtivas, reconverte sítios e aproveita e enriquece conhecimento, colocado ao serviço da economia (local e de novas actividades) e das comunidades escolar e científica, mas alimentando também oportunidades económicas na esfera do turismo industrial e de descoberta económica[11].

A missão e o perfil de actividades recentes da EDM tem-se desenrolado no enquadramento das Orientações estratégicas da tutela e do Plano Estratégico para o triénio 2007-2009, elaborado pelo Conselho de Administração, documentos que estabelecem três vertentes-chave de actuação estratégica e operacional:

- ✓ *Recuperação ambiental e valorização económica das áreas mineiras abandonadas e/ou degradadas*, compreendendo ainda actividades associadas de monitorização, controlo e segurança;
- ✓ *Participação em projectos de inventariação de recursos do sub-solo,* por si ou através da participação em consórcios de empresas para a prospecção e em actividades de exploração mineira (participação minoritária);
- ✓ *Prestação de serviços, estudos e investigação* nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente.

A concretização gradual de resultados nestas frentes de intervenção empresarial (condição indispensável para aumentar a solidez económico-financeira da Empresa e gerar valor para o accionista Estado) tem beneficiado da capacidade de estruturar projectos e acções susceptíveis de co-financiamento pelos fundos estruturais.

Paralelamente, tem contribuído também para consolidar recursos e processos de trabalho que colocam a EDM numa posição privilegiada para operacionalizar intervenções relevantes de política pública, nomeadamente no domínio do ordenamento do território (em consonância com as orientações europeias) podendo responder, de forma mais abrangente, a perspectivas abertas pelo Plano de Acção do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), p.e., no domínio da preparação da abordagem de reabilitação de antigas pedreiras abandonadas no que corresponderia ao desenvolvimento de uma nova "área de negócio".

Parece hoje claro que, após as transformações dos últimos anos no contexto interno e externo da actividade da EDM, se identifica, nas vertentes de actuação atrás referidas, a Missão futura da empresa, abarcando:

- **O domínio do Ambiente** objectivado na resolução do Passivo Ambiental existente em Portugal em áreas mineiras, e, mediante adequado enquadramento jurídico e institucional, na intervenção em pedreiras abandonadas;

[11] A *EuropaMines – Rede Europeia do Património Mineiro*, procura ligar parte do património das indústrias mineira e da pedra natural, das mais antigas da Europa e com contributos historicamente acumulados para o desenvolvimento económico e tecnológico, mas também social e cultural, de inúmeros territórios do Continente europeu.

- **O apoio ao Estado**, como veículo empresarial de "intermediação" com entidades públicas e operadores privados, em matéria concretização de objectivos e medidas de política mineira;
- **A prestação de serviços,** relacionados com a experiência e os meios técnicos e humanos da empresa e com o seu "acquis" de conhecimentos relevantes para a investigação aplicada, para a prospecção e pesquisa e para a operação mineira;
- **A valorização patrimonial,** de activos desafectos da exploração mineira, incluindo terrenos edificações e equipamentos. Nesta valorização inclui-se a conservação de patrimónios objecto de reabilitação ou recuperação.

Do ponto de vista estratégico, a missão da EDM privilegia as frentes de intervenção técnico-operacional da Empresa que reflectem a óptica de estruturação de uma fileira eco-mineira de base extractiva assente em três estádios distintos de integração de actividades, cada um dos quais com características e negócios próprios:

(i) Fase ante-mina, em que predominam as actividades de prospecção, de pesquisa e de reconhecimento, nas quais a actuação da Empresa poderá contribuir para promover o potencial mineiro nacional mediante a revelação de novos alvos ou descoberta de jazigos, bem como a difusão de informação e a atracção de investidores estrangeiros.

(ii) *Fase mina*, que compreende as actividades tecnico-económicas de extracção, com intervenção mitigada do Estado, sobretudo em épocas de crise;

(iii) *Fase post-mina*, que compreende as intervenções da requalificação de sítios mineiros abandonados que carecem de intervenções de requalificação ambiental, mas também projectos de valorização económica (novas actividades) e social desses territórios envolventes, na óptica do desenvolvimento regional endógeno. Nesta fase, a intervenção do Estado, pelas necessidades em presença e pelas formas de mobilização de recursos existentes, tem-se revelado crucial.

A avaliação do interesse da participação de entidades privadas, em parte ou na totalidade do capital social da EDM, deve ocorrer sob este enquadramento de transformação do padrão do "core" de actividades da Empresa e definição clara da sua missão.

Os objectivos exigentes em matéria de política de ordenamento do território (aos quais Portugal se encontra vinculado no espaço de integração das políticas de coesão) e as vantagens derivadas de uma abordagem integrada de aproveitamento dos recursos básicos (subjacente a pressupostos e princípios da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do PNPOT), aconselhariam a manutenção da integridade institucional pública da EDM, proporcionando ao Estado um instrumento ágil, eficaz e com solidez económico-financeira para conduzir a execução de relevantes objectivos de política pública, sem prejuízo da celebração de adequados acordos de parceria com outras entidades (públicas, associativas e privadas).

5.2. Perfil de actividades futuras

O perfil de actividades futuras da Empresa, decorrente da missão que se lhe antecipou, deveria, assim, prolongar um compromisso virtuoso entre:

- a condição de instrumento das políticas públicas, isto é de apoio ao Estado, no regime de concessão de operações, designadamente nas actividades de recuperação ambiental e de ordenamento do território *lato sensu*;
- a intervenção estratégica em actividades de I&D e na prospecção mineira de áreas com boas potencialidades, que, sendo de elevado risco, não atraem os investidores privados, reforçada por actividades de prestação de serviços em domínios relevantes de conhecimento e experiência técnica e científica acumulada, como, por exemplo, serviços de avaliação do potencial geológico para armazenamento subterrâneo de substâncias com interesse estratégico (petróleo, CO2, gás) no território nacional, evitando, por exemplo, a necessidade de Portugal manter parte das suas reservas estratégicas de petróleo em cavernas de sal gema na Alemanha;
- a gestão de activos imobiliários, em busca de valorização económica.

(a) Actividades de recuperação ambiental e de ordenamento do território

Num horizonte temporal não muito distante, perspectiva-se o termo da concessão de serviço público, por dez anos, do exclusivo do exercício de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas. A respectiva renovação, que foi já proposta, poderá vir a ocorrer num contexto diferente do actual, não apenas em resultado de um eventual alargamento a entidades privadas, mas também em consequência de um quadro de apoios financeiros públicos (nacionais e comunitários) que se antevê bastante diferente, podendo implicar uma abertura de mercado, eventualmente estimulante para a competição nesta "área de negócios".

O *Programa de Acção do PNPOT* contém um objectivo específico centrado na definição e execução de uma política de gestão integrada de recursos geológicos. No âmbito da concretização deste objectivo, estão formuladas Medidas prioritárias para as quais a EDM constitui instrumento privilegiado do Estado ou dispõe de recursos e conhecimento para complementar actuações das tutelas da Economia e Desenvolvimento regional e do Ambiente e Ordenamento do Território. Enumeram-se as que mais tocam os desígnios estratégicos da EDM no futuro:

- "Actualizar o cadastro e promover a criação de áreas de reserva e áreas cativas para a gestão racional dos recursos geológicos, reforçando a inventariação das potencialidades em recursos geológicos e mantendo um sistema de informação das ocorrências minerais nacionais (2007-2010).
- Monitorizar e fiscalizar a extracção de recursos geológicos no âmbito da legislação específica do sector extractivo e da avaliação de impacte ambiental e assegurar a logística inversa dos resíduos da exploração mineira e de inertes, com respeito pelos valores ambientais (2007-2013).

- Concluir o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Extractivas Desactivadas, em execução para as minas e a finalizar na vertente das pedreiras, com incidência no conteúdo dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2007-2008).
- Monitorizar as antigas áreas mineiras e de extracção de inertes, após a fase de reabilitação ambiental, designadamente pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e controlo *on-line* (2007-2013)."

Trata-se de domínios em que o perfil de competências e a experiência acumulada da EDM habilitam a Empresa a assegurar uma intervenção qualificada, num contexto em que a mobilização de financiamentos, num horizonte de médio/longo prazo (até 2014, sensivelmente), tenderá a viabilizar importantes realizações.

(b) Investigação e Desenvolvimento

No domínio da Investigação e Desenvolvimento existe um terreno de intervenção que contempla as vertentes de conhecimento do potencial geológico-mineiro (aliando projectos de prospecção e de pesquisa), via projectos facilitadores da operacionalização do planeamento mineiro, a par do desenvolvimento de inovações tecnológicas.

A atracção de investimento directo estrangeiro para estas actividades e o estabelecimento de parcerias com operadores, sob a forma de "joint-ventures" poderá potenciar o "know-how" existente e o seu fortalecimento em contextos geográficos mais alargados.

Ao "know-how" de prospecção e pesquisa mineiras deve acrescentar-se, também, o reforço do conhecimento e experiência de gestão e execução obtidos na intervenção de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, incluindo as radioactivas. A cooperação com as Universidades e Institutos de Investigação deve ser aprofundada, com vista a desenvolver novas metodologias de abordagem, ampliando os níveis de conhecimento e organizando a sua divulgação e aplicação, para o que poderá vir a contribuir o projecto do Centro de Conhecimento Radianatura, na Urgeiriça.

O envolvimento da EDM no Programa de Acção da Estratégia de Eficiência Colectiva, destinado ao Reconhecimento do Cluster da Pedra Natural (no âmbito da Parceria, constituída em torno da Associação Valor Pedra), constitui um terreno promissor de afirmação de competências da EDM junto de entidades associativas e privadas, empenhadas no desenvolvimento estrutural da Pedra Portuguesa.

A Estratégia adoptada naquele Programa de Acção para o Cluster da Pedra Natural no horizonte dos próximos anos, assenta em três Eixos Estratégicos de Intervenção, que respondem de forma directa a três dos maiores desafios que o Cluster enfrenta: *(i)* Internacionalização da Pedra Natural Portuguesa - apostar na Conquista dos Mercados; *(ii)* Sustentabilidade das Actividades do Cluster – apostar na Qualificação dos Recursos e Territórios; *(iii)* Competitividade do Cluster – apostar na Inovação Organizacional, Tecnológica e Produtiva.

Na óptica da sua evolução futura, a prestação de serviços a partir do "core" de competências da EDM deve adquirir expressão, designadamente, nos seguintes domínios: (i) *formação especializada, científica e tecnológica*, p.e., em matéria de geo-ciências e especialidades de engenharia do ambiente; e (ii) *cooperação externa*, p.e., com os PALOP's, rentabilizando um relevante *know-how* de prospecção e de testes laboratoriais, objecto de frequente reconhecimento e utilização.

(c) Valorização patrimonial

Nesta vertente haverá que distinguir as seguintes componentes:

(i) Componente de natureza imobiliária que integra os patrimónios não mineiros (terrenos e edifícios) das várias empresas do Grupo EDM. Sob gestão da EDMI – Empresa de Projectos Imobiliários, SA, as cerca de três centenas de imóveis localizados em vários pontos do Continente devem continuar a ser objecto de valorização imobiliária, numa perspectiva de gestação de valor económico, salvaguardados aspectos de reforço da responsabilidade empresarial da empresa nesses territórios;

(ii) Componente de valorização turística, a promover nos sítios com reconhecida valia lúdica e de património, nomeadamente em vista da integração em redes temáticas, regionais e internacionais que potenciem as dimensões de história económica e sócio - cultural desses sítios.

Em Portugal, são escassos os projectos de recuperação de património mineiro, e, neste contexto, a EDM surge, em função da sua intervenção na recuperação ambiental de minas degradadas, e do seu conhecimento dos recursos e história económica dos locais de mineração, como entidade - charneira para intervir, ao lado de instituições públicas e privadas de reconhecida competência, meios técnicos e financeiros, como parceira em projectos de valorização turística que comportem a dimensão sócio-cultural inscrita nos núcleos e comunidades mineiras.

De resto, seria injusto esquecer o extenso contributo dado pela EDM, e pelas empresas de que é ou foi herdeira, para o enriquecimento museológico, literário e fotográfico que perpetua, em muitos lugares de Portugal, a memória das minas e das suas gentes.

O legado mineiro, enquanto valor patrimonial, enformará, certamente, a visão do futuro da EDM, complementando o papel que esta se soube reservar na área da recuperação ambiental.

Lisboa, Novembro de 2009

(António Oliveira das Neves)

ANEXO – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EDM

Balanços da EDM 1998-2008

(Un.: Euros)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Activo											
Imobilizações líquidas	5.851.159	4.287.906	4.589.365	231.010.328	214.305.348	2.370.212	2.036.925	5.681.990	6.928.519	5.618.200	3.244.694
Investimentos financeiros	124.689.000	120.161.067	116.807.230	8.431.448	10.574.445	74.247.942	4.091.555	2.180.136	2.173.976	1.116.502	1.838.714
Activo circulante	18.142.881	18.882.443	18.913.244	44.136.332	44.864.530	35.003.101	31.809.275	21.236.278	16.103.959	22.746.508	18.005.714
Disponibilidades	13.482.412	6.473.439	12.794.221	14.869.925	5.970.390	2.935.542	22.425.228	23.651.994	20.003.966	14.339.531	30.973.672
Acréscimos e diferimentos	329.077	304.102	418.167	27.982.506	28.548.404	585.049	4.109.894	982.225	205.932	1.185.388	1.329.991
Total do Activo	162.494.528	150.108.957	153.522.227	326.430.539	304.263.117	115.141.846	64.472.877	53.732.623	45.416.352	45.006.129	55.392.930
Capital próprio e interesses minoritários											
Capital próprio	150.838.988	142.815.096	144.981.089	124.212.704	120.502.804	108.022.207	63.943.795	47.450.094	39.995.503	39.804.691	39.776.477
Interesses minoritários				79.726.284	79.394.635						
Passivo											
Dívidas a terceiros m/longo prazo	5.636.047	6.716.294	7.401.060	46.756.299	33.597.073	5.036240	107.910	257.061	393.517	277.267	266.676
Dívidas a terceiros curto prazo	5.459.612	186.017	824.563	53.979.418	48.044.522	1.926.346	331.588	279.500	2.057.855	1.710.232	535.802
Provisões para riscos e encargos	18.037	18.037	0	10.886.547	12.979.514	0	0	0	1.990.876	2.714.424	2.522.295
Acréscimos e difereimentos	541.844	373.515	315.515	10.869.287	9.744.569	157.053	89.584	5.745.968	978.601	499.515	12.291.680
Total Cap. próprio+Passivo	**162.494.528**	**150.108.957**	**153.522.227**	**326.430.539**	**304.263.117**	**115.141.846**	**64.472.877**	**53.732.623**	**45.416.352**	**45.006.129**	**55.392.930**

Fonte: EDM.

Demonstração de Resultados da EDM 1998-2008

(Un.: Euros)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Proveitos e ganhos											
Vendas	0	0	0	101.301.525	89.114.561	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	168.190	565.163	555.935	403.552	257.449	219.139	216.758	831.259	429.398	614.563	469.793
Proveitos e ganhos diversos da exploração	458.979	1.008.425	667.571	4.561.310	8.780.669	559.616	584.079	1.010.510	1.690.135	1.967.297	1.177.200
Proveitos financeiros	896.789	420.018	4.859.473	10.625.315	15.100.942	3.785.854	970.948	1.028.119	845.575	1.828.251	3.137.949
Proveitos extraordinários	293.009	281.412	43.774	3.820.457	3.783.657	93.506	6.629.344	12.902.954	3.474.796	3.777.298	11.974
Total de Proveitos ganhos	1.816.966	2.275.017	6.126.753	120.712.159	117.037.278	4.658.115	8.381.129	15.772.842	6.439.904	8.187.409	4.796.916
Custos e perdas											
Mercadorias vendidas e mat. consumidos	0	0	0	15.994.627	13.280.454	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	703.963	938.753	966.493	40.557.167	30.070.363	683.301	677.737	1.874.173	2.356.664	5.476.721	2.453.029
Custos com pessoal	2.164.913	1.830.259	1.324.403	33.933.079	36.421.807	1.134.300	1.633.986	1.786.165	1.312.502	1.282.279	1.201.853
Amortizações e provisões do imobilizado	759.500	862.541	611.247	27.950.859	25.893.453	578.361	421.831	9.742.351	710.515	92.046	84.285
Custos e perdas diversas da exploração	12.729.148	6.186.984	1.058.623	23.017.211	15.439.045	1.009.378	782.652	825.571	128.897	226.177	479.955
Total de Custos e Perdas	16.357.523	9.818.537	3.960.766	141.452.943	121.105.122	3.405.340	3.516.206	14.228.260	4.508.578	7.077.223	4.219.122
Resultado Líquido	-14.540.557	-7.543.520	2.165.987	-20.740.784	-4.067.844	1.252.775	4.864.923	1.544.582	1.931.326	1.110.186	577.794

Fonte: EDM.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS RELEVANTES

Bases para a definição da estratégia de actuação do Estado no sector mineiro (área empresarial (1994). Documento da EDM para SEADE.

Delfim de Carvalho "*Passado e futuro dos recursos minerais em Portugal*" in "Colóquio/Ciências Revista de Cultura Científica. Fundação Calouste Gulbenkian nº 14 Fevereiro 1994 pp. 49-69

Delfim de Carvalho "*Exploration Strategies in the Iberian Pyrite Belt: A Young, Mature, or Senile Exploration Province?*", in Mining Development Strategies with a focus on the case of the Iberian Pyrite Belt, pp. 549-570 World Mining Congress.25th September 1998. Lisbon Portugal

Delfim de Carvalho e Henrique L. Marçal.*"A Privatização da Somincor"*- Estudo de caso. Edição EDM. Lisboa Outubro 2009.

Despacho Conjunto nº 242/2002 do ME e do MAOT (2002) Reconhecimento do interesse público da intervenção do Estado na exploração mineira de urânio.

Despacho conjunto nº 949/2001 do ME e do MAOT (2001). Determina à concessionária a execução imediata dos projectos de recuperação ambiental da escombreira de Jales.

Documento Base para a Estratégia da EDM e o seu Grupo. Perspectivas a curto e médio prazo (1998). Aprovado em Assembleia Geral de 1998.

Documento Enquadrador da Recuperação do Passivo Ambiental no âmbito do Eixo Prioritário III Programa Operacional Temático Valorização do Território(2007) APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Documento de Parceria entre a Anglo American Corporation of South Africa e a EDM para prospecção e exploração de ferro em Angola (1998)

Documento-Quadro de Reorganização do Grupo EDM. Aprovado pelo Conselho de Administração e pelos accionistas(1999)

Fusão da EXMIN na EDM Avaliação de efeitos (2005). Documento da EDM para SEDE e SETF

Memorando sobre a abertura do capital da EDM ao sector privado, apresentado ao SEAII (2008)

Planos de Actividades e Orçamentos anuais da EDM (1998 a 2008)

Plano Estratégico e Contas previsionais – Mandato 2007-2009 (2007)

Problemática do stock de urânio. Proposta ao SEAII (2007)

Proposta de revisão do Contrato de Concessão apresentada ao SEAII (2009)

Protocolo assinado entre a Comissão de Moradores e a EDM em 14 de Abril de 2008, visando a caracterização do Parque Habitacional da Urgeiriça em termos de avaliação de níveis radiológicos quer na envolvente quer no interior das habitações. (2008)

Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM visando o desenvolvimento de projectos em domínios técnicos, científicos e operacionais de interesse comum (2007)

Regime jurídico da concessão para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. Dec-Lei nº 198-A/2001

Relatórios e Contas anuais da EDM (1998 a 2008)

Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2001 de 19 de Junho. Aprovação da minuta do contrato de concessão entre o Estado e a Exmin (Recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas).